

# Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 29 de maio de 2024 • Nº 1813 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

## SEGURANÇA

## CONTAS

### MJ define situações para uso da câmera pela polícia

O Ministério da Justiça e Segurança Pública divulgou, ontem, o teor de uma nova portaria ministerial com a qual a pasta estabelecerá orientações sobre o uso de câmeras corporais acopladas aos uniformes (as chamadas bodycams) pelos órgãos de segurança pública de todo o país. A íntegra do texto que o ministro Ricardo Lewandowski assinou esta manhã será publicado no Diário Oficial da União nos próximos dias. Segundo a pasta, a iniciativa busca padronizar o uso dos equipamentos, aumentando a transparência das ações policiais. As diretrizes deverão ser obrigatoriamente cumpridas pelos órgãos de segurança públicas federais, tais como as polícias Federal (PF) e Rodoviária Federal (PRF), bem como pela Força Nacional de Segurança Pública e pela Força Penal Nacional. Já nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, a implementação das normas será voluntária. Para incentivar a adesão à iniciativa, o ministério estabeleceu que a liberação de recursos dos fundos Nacional de Segurança Pública e Penitenciário Nacional para projetos de implementação ou ampliação do uso de câmeras pelos órgãos de segurança locais estará condicionado à adequação, pelos entes federados, às novas normas. "Os dois fundos financiam vários tipos de projetos, alguns deles muito bons, muito úteis, e que se integram na Política Nacional de Segurança Pública. Então, o que estamos condicionando é só a aplicação de verbas para (o uso das) câmeras corporais. Não podemos impedir um estado de receber verbas federais se ele apresentar um projeto que se adeque às diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública", declarou o ministro Ricardo Lewandowski a jornalistas, após assinar a portaria. **PÁGINA 9**

### Governo Central tem superávit primário de R\$ 11,1 bi em abril

O Governo Central, que reúne o Tesouro Nacional, a Previdência Social e o Banco Central, foi superavitário em abril em R\$ 11,1 bilhões, ante saldo positivo de R\$ 15,6 bilhões no mesmo mês do ano passado, informou, ontem, o Tesouro Nacional. O resultado do mês ficou abaixo da mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Fa-

zenda, que indicava superávit primário de R\$ 18,3 bilhões. O Tesouro Nacional e o Banco Central foram superavitários em R\$ 41,4 bilhões, enquanto o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) teve déficit primário de R\$ 30,3 bi. Comparado a abril de 2023, o resultado primário observado decorre da combinação do aumento real da receita líquida. **PÁGINA 2**

## SAÍDAS TEMPORÁRIAS



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

### Congresso derruba veto de Lula e acaba com saidinha de presos

O Congresso Nacional derrubou veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) ao projeto que trata da saída temporária de presos, a "saidinha". Quando vetou, Lula queria abrir brecha para permitir permissão de visita de presos à família. Mas com a derrubada do veto, esse benefício fica impedido. Foi mantido apenas o direito de condenados deixarem a prisão para fazer cursos profissionalizantes ou de ensinos médio e

superior. Por 314 votos pela queda, 126 pela manutenção e duas abstenções, deputados preferiram retomar o texto original aprovado na Casa. No Senado, 51 acompanharam a posição da Câmara, 11 votaram em favor da "saidinha" e um senador se absteve. A lei também prevê a exigência de exames criminológicos para a progressão de regime penal e o monitoramento eletrônico obrigatório dos detentos. **PÁGINA 9**

## FAKE NEWS

### Congresso garante 'direito de mentir' de Bolsonaro

Por 317 votos a favor, 139 contra e quatro abstenções, o Congresso Nacional manteve todos os vetos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ao projeto que pôs fim à Lei de Segurança Nacional ontem. Com a decisão, o Congresso barrou transformar em crime a disseminação de informação falsa em campanha eleitoral. O resultado é fruto da campanha do próprio Bolsonaro e de líderes da oposição para manter a decisão do ex-mandatário. **PÁGINA 9**

## MAGDA CHAMBIARD



ANTONIO CRUZ/ABRASIL

### Petrobras vai priorizar exploração de novos poços

Em sua primeira entrevista desde que tomou posse no cargo, na sexta-feira passada, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard (foto), disse na segunda-feira passada, que a prioridade de sua gestão vai ser acelerar a atividades de exploração de petróleo para repor as reservas da estatal. Ela afirmou que as reservas de óleo da empresa, ainda muito baseadas no pré-sal, entram em declínio a partir de 2030. **PÁGINA 7**

## INDICADORES

IBOVESPA: -0,58% / 123.779,54 / -716,14 / Volume: R\$ 21.478.463.816 / Negócios: 4.113.926				Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	0,31% (abr.)	EURO turismo	Compra: 5,6483	Venda: 5,8283														
Maiores Altas				Maiores Baixas				Mais Negociadas				Fechamento		Ufir	R\$ 4,3329	IPCA-15	0,44% (mai.)	DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,1538	-0,32%						
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Dow Jones	38.852,86	-0,55	NASDAQ Composite	17.019,88	+0,59	CAC 40	8.057,8	-0,92	FTSE 100	8.254,18	-0,76	DAX	18.677,87	-0,45	Ftse Mib	34.659,55	-0,29
PETROBRAS PN N2	37,80	+2,13	+0,79	MAGAZ LUIZA ON EG NM	12,29	-6,54	-0,86	PETROBRAS PN N2	37,80	+2,13	+0,79	NASDAQ Composite	17.019,88	+0,59	FTSE 100	8.254,18	-0,76	DAX	18.677,87	-0,45	Ftse Mib	34.659,55	-0,29	EURO turismo	Compra: 5,6483	Venda: 5,8283
P.AÇUCAR-CBDON NM	3,13	+0,97	+0,03	AZUL PN N2	9,63	-4,84	-0,49	VALE ON NM	63,89	-2,16	-1,41	CAC 40	8.057,8	-0,92	EURO turismo	Compra: 5,1538	-0,32%	DÓLAR comercial	Compra: 5,1528	Venda: 5,1534	DÓLAR turismo	Compra: 5,1703	Venda: 5,3503			
MRV ON NM	6,97	+2,20	+0,15	CSNMINERACAOON N2	5,130	-3,93	-0,210	BRASIL ON NM	27,32	-0,33	-0,09	FTSE 100	8.254,18	-0,76	EURO turismo	Compra: 5,1528	Venda: 5,1534	DÓLAR comercial	Compra: 5,1528	Venda: 5,1534	DÓLAR turismo	Compra: 5,1703	Venda: 5,3503			
VAMOS ON NM	8,250	+1,10	+0,090	CVC BRASIL ON NM	2,04	-3,32	-0,07	ITAUUNIBANCO PN N1	31,57	-0,54	-0,17	DAX	18.677,87	-0,45	EURO turismo	Compra: 5,1528	Venda: 5,1534	DÓLAR comercial	Compra: 5,1528	Venda: 5,1534	DÓLAR turismo	Compra: 5,1703	Venda: 5,3503			
PETROBRAS ON N2	39,38	+1,76	+0,68	HAPVIDA ON NM	4,15	-2,81	-0,12	PETROBRAS ON N2	39,38	+1,76	+0,68	Ftse Mib	34.659,55	-0,29	EURO turismo	Compra: 5,1528	Venda: 5,1534	DÓLAR comercial	Compra: 5,1528	Venda: 5,1534	DÓLAR turismo	Compra: 5,1703	Venda: 5,3503			

## MERCADOS



## Com Vale, Bovespa cai 0,58%, a 123,7 mil pontos; dólar recua

LUIÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) não conseguiu ontem sustentar recuperação pelo segundo dia após ter interrompido na segunda-feira, em leve alta de 0,15%, sequência de seis perdas que o havia colocado aos 124 mil pontos, já então em torno dos menores níveis do ano. Ontem, na mínima da sessão, o Índice Bovespa (Ibovespa) resvalou para os 123.537,03 pontos (-0,77%), e fechou ainda em baixa de 0,58%, aos 123.779,54, a pior marca de fechamento de 2024, que o coloca, agora, pouco acima do nível de encerramento de 14 de novembro passado, então aos 123.165,76 pontos. Em 2024, o Ibovespa recua 7,75%, com perda de 1,70% em maio, faltando ainda duas sessões para o fim do mês.

Ontem, o giro convergiu para a média recente, a R\$ 21,4 bilhões, após o feriado da segunda-feira nos Estados Unidos, que havia enfraquecido o volume diário. Na semana, no agregado de duas sessões, o Ibovespa recua 0,42%.

Após sustentar leves ganhos até o começo da tarde, tentando engatar o segundo dia de estabilização, o Ibovespa se firmou em baixa, aquém dos 124 mil pontos, nas mínimas da sessão.

O dia do Ibovespa, grosso modo, foi um cabo de guerra entre Petrobras e Vale, com a piora da mineradora ao longo da tarde definindo o rumo do fechamento. Petrobras, que chegou a mostrar ganhos na casa de 2% a 3% no começo da tarde, acomodou-se também em nível um pouco mais baixo, com a ON em alta de 1,76%

e a PN, de 2,13%, no fechamento.

Por sua vez, a ação de maior peso no Ibovespa, Vale ON, acentuou perdas na etapa vespertina, em dia de queda na casa de 2% para o minério de ferro em Dalian, China. Ao fim, a ação da mineradora mostrava perda de 2,16% na sessão, negativa também para a maioria dos grandes bancos, que mais cedo esboçavam alta em bloco - no fechamento, apenas Santander (Unit +1,12%) conseguiu sustentar o sinal, entre as maiores instituições.

Na ponta perdedora do Ibovespa na sessão, destaque para Magazine Luiza (-6,54%), Azul (-4,84%), CSN Mineração (-3,93%), CVC (-3,32%) e Natura (-2,95%). No lado oposto, MRV (+2,20%), à frente das duas ações de Petrobras e de São Martinho (+1,66%) e Fleury (+1,33%). O dia foi negativo tanto para as ações com exposição ao ciclo doméstico, como as de consumo (ICON -1,05%), quanto para as correlacionadas à demanda externa, entre as quais as de materiais básicos (IMAT -0,92%).

## DÓLAR

O dólar encerrou a sessão de ontem, em queda moderada no doméstico de câmbio, alinhado ao sinal predominante de baixa da moeda americana na comparação com divisas latino-americanas.

Pela manhã, a divisa até chegou a ensaiar uma baixa mais forte e desceu até mínima a R\$ 5,1355. Ao longo da tarde, o dólar reduziu o ritmo de queda e passou a operar ao redor de R\$ 5,16.

No fim do dia, o dólar à vista era negociado a R\$ 5,154, em baixa de 0,35%.

## ABRIL

# Governo Central tem saldo primário de R\$ 11,1 bilhões

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O Governo Central, que reúne o Tesouro Nacional, a Previdência Social e o Banco Central, foi superavitário em abril em R\$ 11,1 bilhões, ante saldo positivo de R\$ 15,6 bilhões no mesmo mês do ano passado, informou, ontem, o Tesouro Nacional. O resultado do mês ficou abaixo da mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda, que indicava superávit primário de R\$ 18,3 bilhões.

O Tesouro Nacional e o Banco Central foram superavitários em R\$ 41,4 bilhões, enquanto o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) teve déficit primário de R\$ 30,3 bilhões. Comparado a abril de 2023, o resultado primário observado decorre da combinação do aumento real de 8,4% (R\$ 14,7 bilhões) da receita líquida e do aumento real

de 12,4% (R\$ 19,9 bilhões) das despesas totais.

Ainda de acordo com o Tesouro, entre os fatores que influenciaram no crescimento real da receita líquida no mês de abril de 2024, estão o aumento de R\$ 9,6 bilhões da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e de R\$ 2 bilhões no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), devido à exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo dos créditos dessas contribuições; a elevação de R\$ 1,7 bilhão no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), essencialmente explicada pela redução nominal das compensações tributárias, apesar do decréscimo na produção industrial.

Também pesaram a alta de R\$ 1,3 bilhão do Imposto de Im-

portação, que decorreu dos aumentos do volume em dólar de importações, da taxa média efetiva desse imposto, o crescimento de R\$ 3 bilhões de arrecadação líquida para o RGPS, em razão dos aumentos da massa salarial, da criação de empregos formais e da arrecadação do Simples Nacional.

## DESPESAS

O Tesouro informou que o principal fator que influenciou o crescimento das despesas em abril foi o aumento de R\$ 11,7 bilhões nos pagamentos de benefícios previdenciários, resultado principalmente da diferença no calendário de pagamento do 13º salário da Previdência Social.

"Em 2023, o 13º salário da Previdência Social foi pago nos meses de maio, junho e julho, enquanto este ano será pago em abril, maio e junho", disse.

Os demais fatores que influenciaram o crescimento das despesas foram aumento nos benefícios de prestação continuada, no valor de R\$ 1,5 bilhão, reflexo do crescimento do número de beneficiários e da política de valorização real do salário mínimo; expansão das despesas com pessoal e encargos sociais em R\$ 1,4 bilhão, em função principalmente de reajustes salariais concedidos ao funcionalismo público em 2023; e aumento de R\$ 2,2 bilhões nas despesas discricionárias.

No período de janeiro até abril, o Governo Central atingiu superávit primário de R\$ 30,6 bilhões, ante saldo positivo de R\$ R\$ 46,8 bilhões no mesmo período de 2023 (em termos nominais). O montante resulta de um superávit de R\$ 122,9 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e um déficit de R\$ 92,3 bilhões na Previdência Social.

## CNC

## Confiança do Comércio cai 0,2% em maio, após 4 meses de avanços

DANIELA AMORIM/AE

Os comerciantes brasileiros ficaram ligeiramente menos otimistas em maio, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Após quatro meses de altas consecutivas, o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) caiu 0,2% em relação a abril, já descontadas as influências sazonais.

O índice ficou em 106,9 pontos, permanecendo assim na zona de satisfação, acima dos 100 pontos. Na comparação com maio de 2023, o Icec recuou 1,4%.

Na passagem de abril para maio, dois dos três componentes do Icec registraram expansão. O componente de avaliação das condições atuais caiu 2,1%, para 79,9 pontos, com re-

cuos nos itens economia (-2,3%), setor (-2,1%) e empresa (-2,1%).

"O indicador referente à confiança nas condições atuais da empresa (97,1 pontos) alcançou o menor nível desde julho de 2021, passando a revelar uma insatisfação dos varejistas com seus negócios, o que não acontecia desde dezembro do ano passado", destacou a CNC, no relatório da pesquisa.

O componente das expectativas aumentou 0,2% em maio ante abril, para 139,5 pontos, com melhora nos quesitos economia (0,1%) e empresa (0,4%), mas estabilidade no quesito setor (0,0%).

"Apesar de tímido, o aumento indica que há esperança dos varejistas na melhoria das condições econômicas nos próximos meses", avaliou Felipe Ta-

vares, economista-chefe da CNC, em nota oficial.

O componente das intenções de investimentos cresceu 0,9% em maio ante abril, para 101,5 pontos, com expansão nos itens contratação de funcionários (1,9%) e estoques (1,1%), mas queda no quesito empresa (-0,4%).

"O fator positivo foi o aumento da intenção de contratação de funcionários, principalmente, dentre os empresários de bens semiduráveis", frisou a CNC. "A maior parte dos empresários pretende aumentar seu quadro de empregados (63,7%), o maior porcentual do ano, o que mostra que os resultados positivos, observados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (Caged), devem continuar."

A entidade avalia que os comerciantes estejam atualmente mais cautelosos em relação às expectativas do mercado de crédito, com as perspectivas de cortes mais brandos na taxa básica de juros, a Selic, pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central.

"Ao contrário dos consumidores, eles não estão conseguindo ajustar os orçamentos das empresas, uma vez que a inadimplência destas permanece acima do nível observado no ano anterior, aumentando de 2,4% para 3,2% entre março de 2023 e 2024, encarecendo seus custos e dificultando o acesso a novos recursos. O saldo da carteira de crédito com recursos livres das pessoas jurídicas apresentou recuo de 0,7% no primeiro trimestre de 2024", citou a CNC.

## MINISTÉRIO

## Número de jovens que não estudam nem trabalham vai a 5,4 mi

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

Aumenta o número de jovens, entre 14 e 24 anos, que não trabalham, não estudam nem buscam trabalho. Se nos três primeiros meses do ano passado o contingente de jovens "nem-nem" somava 4 milhões de pessoas, no mesmo período deste ano alcançou 5,4 milhões.

O levantamento foi feito pela Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego. Os dados foram divulgados durante o evento Empregabilidade Jovem, promovido pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) nessa segunda-feira (27), em São Paulo.

Em entrevista à *Agência Brasil*, a subsecretária de Estatísticas e Estudos do Ministério do Trabalho e Emprego, Paula Montagner, disse que esse crescimento se deve a vários fatores e atinge, principalmente, as mulheres, que representam 60% do total desse público.

"Há muita dificuldade de as mulheres entrarem no mercado de trabalho, em especial, mulheres jovens. Por outro lado, há esse apelo para que as jovens

busquem alguma outra forma de ajudar a sociedade, que é ter filhos mais jovens, além de um certo conservadorismo entre os jovens que acham que só o marido trabalhando seria suficiente", disse.

A subsecretária acrescentou que isso faz com que elas entrem mais tarde no mercado de trabalho e, com menos qualificação, tenham mais dificuldade em conseguir emprego de melhor remuneração salarial.

Para tentar diminuir o universo de jovens que deixam o ensino médio, o governo federal lançou recentemente o programa Pé-de-Meia, que oferece incentivo financeiro para jovens de baixa renda permanecerem matriculados e concluírem essa etapa do ensino.

O programa prevê o pagamento de incentivos anuais de R\$ 3 mil por beneficiário, chegando a até R\$ 9,2 mil nos três anos do ensino médio, com o adicional de R\$ 200 pela participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) na última série. Mas, segundo Paula Montagner, os efeitos desse programa entre os jovens só poderão ser sentidos nos próximos anos.

## BANCOS

## Nubank fecha pregão com valor acima do Itaú pela 1ª vez em e dois anos

MATHEUS PIOVESANA/AE

O Nubank fechou o pregão de ontem, como a instituição financeira brasileira mais valiosa pela primeira vez desde 21 de fevereiro de 2022. Desde então, a fintech havia encerrado as sessões das Bolsas com valor inferior ao do Itaú Unibanco, que é o maior banco da América Latina, embora durante os pregões, tenha ultrapassado o conglomerado de forma pontual ao longo da última semana.

O Nubank é avaliado em US\$ 58 bilhões, o equivalente a R\$ 299,2 bilhões pelo câmbio desta terça. O Itaú vale R\$ 288,6 bilhões, sendo o banco mais valio-

so entre os que são listados na B3. O Nu tem listagem somente na Bolsa de Nova York.

No primeiro trimestre, o Nubank teve lucro líquido de US\$ 378,8 milhões, equivalente a R\$ 1,952 bilhão, e um retorno sobre o patrimônio líquido (ROE, na sigla em inglês) de 23%. O Itaú teve resultado de R\$ 9,771 bilhões no mesmo período, com ROE de 21,9%. Os números, porém, não são diretamente comparáveis: o Itaú tem licenças bancárias, o que gera maiores exigências de capital, além de atuar em um espectro mais amplo de atividades do que o Nubank.

As tendências distintas dos

dois ativos explicam o "encontro" e a ultrapassagem do Nubank após dois anos e três meses. Neste ano, a ação do Itaú cai 3,2%, em linha com o movimento do Ibovespa. Os grandes bancos são portas de entrada e também de saída de investidores na Bolsa brasileira, dada a forte liquidez de seus papéis e, na frente operacional, sua correlação com a economia brasileira.

O Nubank, por outro lado, tem alta de 46,2% neste ano, uma das maiores no setor financeiro brasileiro. Embora esteja submetido às mesmas condições macroeconômicas dos bancos ao emprestar dinheiro no Brasil, que é seu maior mer-

cado, o banco digital é negociado por um perfil distinto de investidor, que busca empresas de tecnologia e de forte potencial de crescimento.

A fintech tem demonstrado este crescimento. A carteira de crédito do Nubank, em dólares, cresceu 87% entre o primeiro trimestre de 2023 e o mesmo período deste ano, para US\$ 9,7 bilhões, sendo que a maior parte deste total está no Brasil, embora a fintech não detalhe quanto vem de cada país. Neste mesmo intervalo, o crédito do Sistema Financeiro Nacional teve alta de 8,2%, para R\$ 5,806 trilhões, de acordo com o Banco Central.

Diário do  
**Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899

## Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

### Vision Med Assistência Médica Ltda.

CNPJ/MF nº 01.518.211/0001-83

#### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Quotistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Vision Med Assistência Médica Ltda, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. **Contexto macroeconômico:** O desempenho da economia brasileira em 2023 foi moderado, apesar de melhor dos que as pessimistas previsões ao final de 2022. O PIB, que representa o total de bens e serviços produzidos no país, cresceu 2,9%, a boa surpresa foi a inflação medida pelo IPCA, que era esperada acima do teto da meta, atualmente em 4,75%, mas que encerrou o ano em 4,62%. Esse alívio permitiu que o Banco Central iniciasse seu ciclo de redução da taxa Selic. Foram 2 pontos percentuais de redução ao longo do ano, saindo de 13,75% para 11,75%. Taxas mais baixas de juros estimulam os empresários a tomarem riscos, empreendendo e buscando crescimento, e em isso gerando empregos e aquecendo a economia. Entretanto, dois fatores indicam alguma dificuldade na manutenção do crescimento em 2024: o esgotamento da expansão agrícola, principal impulsionadora do crescimento em 2023 e o fim dos efeitos prolongados da reabertura pós-pandemia. A aposta é que a continuidade do ciclo de queda da taxa de juros possibilite a expansão do crédito, gerando novas fontes de crescimento. **Setor de assistência médica e odontológica:** De acordo com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o setor encerrou o ano de 2023 com 51 milhões de beneficiários de planos de saúde, o que representa um aumento de 1,66% em comparação a 2022. No segmento odontológico, o resultado foi também positivo com o crescimento de 7,99% em relação ao ano anterior, com um total de 32,6 milhões de beneficiários. O setor continua fortemente pressionado pela elevação dos custos assistenciais. A sinistralidade do mercado, apesar da pequena queda, saindo de 88,2% ao final do terceiro trimestre de 2022 para 86,3% ao final do mesmo período de 2023 (Fonte: ANS), segue em patamar elevado e longe do necessário para o equilíbrio da operação. A pandemia, no que diz respeito às demandas reprimidas, já não afetaram tanto o setor, entretanto trouxe uma mudança de comportamento na utilização de serviços médicos da população que parece tender a se manter. **Atuação da Vision Med:** O ano de 2023 para a Vision Med foi de adaptação às tendências de mercado com diversos ajustes nos processos comerciais visando a qualidade da carteira, tais como redimensionamento de carências para clientes advindos de outras operadoras; redimensionamento da coparticipação, sobretudo nas terapias; revisão de seu público-alvo principalmente na comercialização de produtos para pequenas e médias empresas até 29 vidas; cancelamentos de contratos deficitários e políticas de comissionamento baseadas em resultados. Esses necessários ajustes frearam o crescimento das vendas, principalmente dos planos coletivos empresariais até 29 vidas, principal foco comercial da Vision Med, que caiu 15% de 2022 para 2023. Em contrapartida, viu-se um crescimento de 33% das vendas dos planos coletivos por Adesão neste último ano, mesmo com os ajustes, indicando que os planos Golden Cross deste segmento começam a atrair e fidelizar tanto clientes quanto corretores. Já a carteira, apesar do crescimento da participação do Adesão, teve uma queda de 14% no número de beneficiários, fechando o ano de 2023 com 369.808 vidas, dentre planos de saúde e odontológicos. **Investimento em Marketing e Propaganda:** O ano de 2023 foi de manutenção da marca Golden Cross® como um dos principais players do mercado. Os investimentos foram aplicados de forma estratégica, mantendo o objetivo de ampliar e reforçar o conhecimento e a reputação da marca. Pela segunda vez consecutiva a Vision Med fechou parceria com a LIESA (Liga das Escolas de Samba) mantendo o posto de Plano de Saúde Oficial do Rio Carnaval e marcou presença na Marquês de Sapucaí durante os dias do evento. O digital foi mais explorado através dos perfis Golden Cross e Club Golden que passaram a ter postagens diárias e relevantes buscando ampliar o alcance e aceitação da marca junto a clientes e corretores. As mídias tradicionais também foram trabalhadas ao longo do primeiro semestre com presença nos mobiliários urbanos localizados em pontos estratégicos na cidade, além de anúncios em rádio. Com essas ações a empresa espera avançar as vendas para o ano de 2024. **Política de destinação de lucros:** Os sócios deliberaram sobre o destino do saldo do lucro líquido do exercício quando apurado, decidindo sobre eventual partilha ou sobre a sua retenção como lucros acumulados ou reservas, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias da data do levantamento do Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras no dia 31 de dezembro de cada ano. **Reorganizações Sociárias e/ou alterações de controle direto ou indireto:** A reorganização societária pode ser realizada de diversas formas, de acordo com a finalidade pretendida pela sociedade e seus sócios, dependendo da estratégia de negócios, tais como operações de fusão, cisão ou incorporação, o que não foi realizado pela Empresa no ano de

2023. **Investimentos da companhia em sociedades controladas:** A Vision Med é controladora direta das sociedades Orion Promoções e Representações Ltda., AP Areal Participações Ltda. e Assistência Médica Global – Ameg Ltda. Em 2022, a Empresa aumentou o investimento na AP Areal Participações Ltda., no montante de R\$ 660 através de subscrição e integralização de novas quotas. Na Assistência Médica Global – Ameg Ltda. reduziu o investimento mediante absorção de prejuízos acumulados, no valor de R\$ 299. **Principais investimentos realizados:** A Vision Med está continuamente fortalecendo suas defesas cibernéticas, aprimorando os controles internos e externos em estreita colaboração com uma consultoria especializada de renome. Neste ano, a empresa avança com determinação nas implementações previamente aprovadas no plano diretor de segurança da informação, visando garantir a integridade e a confidencialidade de seus ativos digitais. Dentre as iniciativas em destaque, destacam-se: O monitoramento minucioso e contínuo dos indicadores do SOC (Security Operation Center), permitindo uma resposta ágil a potenciais ameaças cibernéticas; a adoção e implementação de uma nova tecnologia de Firewall de última geração, reforçando as barreiras de proteção contra invasões e ataques externos; a introdução do inovador conceito de ZTNA (Zero Trust Network Access), que redefine a abordagem de segurança para os regimes de trabalho remoto, estabelecendo um modelo de confiança zero e garantindo acesso seguro aos recursos da empresa, independentemente da localização ou dispositivo utilizado. Além disso, a Vision Med mantém um compromisso sólido com a execução metódica do plano diretor de segurança da informação, realizando investimentos estratégicos e implementando medidas tanto de curto quanto de longo prazo. Com uma abordagem proativa e orientada para resultados, a empresa busca estar à frente das tendências e desafios em constante evolução do cenário cibernético, garantindo assim a proteção contínua de seus dados e sistemas críticos. **Indicadores de Qualidade e Relacionamento com a Rede Referenciada:** No que se refere ao desempenho anual do IDSS 2023, dentro do Programa de Qualificação em Saúde Suplementar, a operadora obteve classificação dentro dos limites satisfatórios com pontuação de 0,5379. Em especial, apresentou crescimento positivo nos indicadores relacionados a gestão de processos e regulação, quando comparado aos resultados do exercício anterior – de 0,9509 para 0,9947. É possível evidenciar os esforços em melhoria contínua na dimensão que afere o cumprimento das obrigações técnicas e cadastrais, com notas máximas nos indicadores de qualidade dos dados do diagnóstico nos guias TISS, de qualidade da informação em saúde, da taxa de utilização do SUS e, principalmente, de qualidade dos dados cadastrais dos beneficiários. No monitoramento da Garantia de Atendimento, a operadora manteve-se estável dentro da classificação de faixa 1 dos últimos 5 anos, com resultados que reafirmam a cobertura de assistência à saúde, em sua área de abrangência, com pleno atendimento às necessidades de saúde dos beneficiários de forma adequada e em tempo oportuno. Da mesma forma, no monitoramento do risco assistencial, a operadora manteve seu bom desempenho, na segunda melhor faixa, ratificando o compromisso de forma abrangente, em relação aos aspectos atuariais, assistenciais e operacionais de seus produtos. Observa-se, ainda, a curva descendente do número de demandas de beneficiários no último quadrimestre, como reflexo da eficácia das ações de melhoria de processos internos relacionados à cobertura assistencial, a contratos e regulamentos e a mensalidades e reajustes. Em suma, a operadora vem atingindo o objetivo de consecução das diretrizes estratégicas estabelecidas pela agência reguladora, traduzidas na melhoria da gestão, em consonância com as regras e melhores práticas do setor. **Perspectivas:** Para 2024 se espera a materialização dos efeitos das ações implementadas principalmente no segundo semestre de 2023, gerando o reequilíbrio da operação. A empresa seguirá buscando soluções de negócios com parceiros estratégicos e espera retomar o crescimento das vendas de planos coletivos até 29 vidas, seu principal foco. Em linha com as boas práticas de governança, gestão de riscos e controles internos, a Vision Med vem buscando melhorias constantes em seus processos, especialmente aqueles que envolvem os maiores riscos para a operação. **Aplicações Financeiras:** As aplicações financeiras da Vision Med são dedicadas às reservas técnicas, sendo levadas a vencimento, o que foi percebido ao longo de 2023. **Agradecimentos:** Por fim, encerrado mais um período fiscal, a Vision Med renova os compromissos com a pontualidade e um bom atendimento e agradece a todos os seus clientes, fornecedores, parceiros de negócios e colaboradores, pela dedicação, comprometimento e empenho. Agradecemos também às entidades governamentais e aos representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Rio de Janeiro, 25 de março de 2024. **Administração.**

#### BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
<b>Ativo circulante</b>		<b>52.994</b>	<b>131.405</b>	<b>57.145</b>	<b>137.395</b>
Disponível		21	5.444	430	6.190
Realizável		<b>52.973</b>	<b>125.961</b>	<b>56.715</b>	<b>131.205</b>
Aplicações financeiras	5	15	<b>81.166</b>	15	<b>81.166</b>
Aplicações garantidoras das provisões técnicas		-	81.139	-	81.139
Aplicações livres		15	27	15	27
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		<b>32.642</b>	<b>19.886</b>	<b>32.642</b>	<b>19.886</b>
Contraprestações pecuniárias a receber	6	32.311	19.610	32.311	19.610
Participação de beneficiários em eventos indenizáveis		311	362	311	362
Outros créditos de operações de assistência à saúde		20	14	20	14
Créditos tributários e previdenciários	7	4.263	6.293	4.396	6.428
Bens e títulos a receber	8	15.098	17.701	18.707	22.810
Despesas antecipadas		955	815	955	815
<b>Ativo não circulante</b>		<b>697.143</b>	<b>825.538</b>	<b>673.701</b>	<b>823.092</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>340.412</b>	<b>426.454</b>	<b>340.412</b>	<b>426.454</b>
Créditos tributários previdenciários	7	9.934	28.554	9.934	28.554
Ativo fiscal diferido	9	41.601	56.583	41.601	56.583
Depósitos judiciais e fiscais	17	288.713	295.313	288.713	295.313
Outros créditos a receber a longo prazo	8	164	46.004	164	46.004
<b>Investimentos</b>	10	<b>333.465</b>	<b>370.767</b>	<b>76.377</b>	<b>138.930</b>
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		<b>333.465</b>	<b>370.767</b>	<b>76.377</b>	<b>138.930</b>
Participações em outras sociedades		333.465	370.767	76.377	138.930
<b>Imobilizado</b>	11	<b>22.657</b>	<b>27.463</b>	<b>68.945</b>	<b>69.496</b>
Imobilizado de uso próprio		<b>2.717</b>	<b>3.491</b>	<b>49.005</b>	<b>45.524</b>
Não hospitalares/odontológicos		2.717	3.491	49.005	45.524
Direito de uso de Arrendamento		19.940	23.972	19.940	23.972
<b>Intangível</b>	12	<b>609</b>	<b>854</b>	<b>187.967</b>	<b>188.212</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>750.137</b>	<b>956.943</b>	<b>730.846</b>	<b>960.487</b>
<b>Passivo</b>		<b>750.137</b>	<b>956.943</b>	<b>730.846</b>	<b>960.487</b>
<b>Passivo circulante</b>		<b>498.862</b>	<b>394.366</b>	<b>475.192</b>	<b>397.346</b>
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	13	<b>375.925</b>	<b>290.829</b>	<b>375.925</b>	<b>290.829</b>
Provisões de contraprestações		<b>73.387</b>	<b>39.706</b>	<b>73.387</b>	<b>39.706</b>
Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG		46.286	39.449	46.286	39.449
Provisão de Insuficiência de Contraprestações		26.936	-	26.936	-
Provisão para remissão		165	257	165	257
Provisão de eventos a liquidar para o SUS		6.676	8.545	6.676	8.545
Provisão de eventos a liquidar p/outros prestadores de serviços assistenciais		126.966	96.317	126.966	96.317
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA		168.896	146.261	168.896	146.261
Débitos de operações de assistência à saúde		<b>4.467</b>	<b>14.751</b>	<b>4.467</b>	<b>14.751</b>
Receita antecipada de contraprestações		190	8.985	190	8.985
Comercialização sobre operações		4.277	5.766	4.277	5.766
Tributos e encargos sociais a recolher	15	<b>10.897</b>	<b>10.517</b>	<b>13.676</b>	<b>12.613</b>
Tributos e contribuições		8.723	8.051	10.054	9.974
Parcelamento de tributos e contribuições		2.174	2.466	3.622	2.639
Empréstimos e financiamentos a pagar	16	20.825	21.722	20.825	21.722
Débitos diversos	18	86.748	56.547	60.299	57.431
<b>Passivo não circulante</b>	13	<b>348.328</b>	<b>364.235</b>	<b>352.707</b>	<b>364.799</b>
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		<b>9.984</b>	<b>12.035</b>	<b>9.984</b>	<b>12.035</b>
Provisão para remissão		35	51	35	51
Provisão de eventos a liquidar para o SUS		9.949	11.984	9.949	11.984
Provisões		<b>219.805</b>	<b>206.139</b>	<b>219.805</b>	<b>206.139</b>
Provisões para tributos diferidos	9	259	353	259	353
Provisões para ações judiciais	17	219.546	205.786	219.546	205.786
Tributos e encargos sociais a recolher	15	3	<b>2.060</b>	<b>4.382</b>	<b>2.624</b>
Parcelamento de tributos e contribuições		3	2.060	4.382	2.624
Empréstimos e financiamentos	16	-	733	-	733
Débitos diversos	18	118.536	143.268	118.536	143.268
<b>Patrimônio líquido</b>	19	<b>(97.053)</b>	<b>198.342</b>	<b>(97.053)</b>	<b>198.342</b>
Capital social		177.000	177.000	177.000	177.000
<b>Reservas</b>		<b>21.342</b>	<b>76.195</b>	<b>21.342</b>	<b>76.195</b>
Reservas de Lucros		21.342	76.195	21.342	76.195
Prejuízos acumulados		(295.395)	(54.853)	(295.395)	(54.853)
<b>Total do patrimônio líquido dos quotistas controladores</b>		<b>(97.053)</b>	<b>198.342</b>	<b>(97.053)</b>	<b>198.342</b>
Participação dos não controladores		-	-	-	-
<b>Total do passivo</b>		<b>750.137</b>	<b>956.943</b>	<b>730.846</b>	<b>960.487</b>

As notas explicativas da administração fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

#### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

Descrição	Reservas de lucros		Lucros/prejuízos acumulados	Patrimônio líquido controladora	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal				
Saldos em 01 de janeiro de 2022	177.000	3.964	72.231	253.195	-	253.195
Prejuízo do exercício	-	-	(54.853)	(54.853)	-	(54.853)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	177.000	3.964	72.231	198.342	-	198.342
Absorção de prejuízo acumulado de 2022	-	-	(54.853)	54.853	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(295.395)	(295.395)	-	(295.395)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	177.000	3.964	17.378	(97.053)	-	(97.053)

As notas explicativas da administração fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

#### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL:** A Vision Med Assistência Médica Ltda. (doravante denominada Vision Med ou Empresa), foi constituída em 25 de setembro de 1996, possui autorização da ANS para realizar as operações previstas no contrato social da Empresa, que tem como objeto social o desenvolvimento, a administração e a comercialização de planos de saúde para cobertura médica, hospitalar e odontológica, a serem prestadas por terceiros aos contratantes desses planos. Tem atuação nas principais capitais do país, para atendimento dos seus clientes. A Vision Med é controladora direta das sociedades Orion Promoções e Representações Ltda., AP Areal Participações Ltda. e Assistência Médica Global – Ameg Ltda. Em 2023, a Empresa aumentou o investimento na AP Areal Participações Ltda., no montante de R\$660, através de subscrição e integralização de novas quotas. Em 2023, a Empresa reduziu o investimento na Assistência Médica Global – Ameg Ltda., no montante de R\$299, mediante absorção de prejuízos acumulados. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para emissão pela diretoria em 25 de março de 2024.

**NOTA 2 - BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperação pelas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para ações judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades regulamentadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados por essa autoridade, sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 528/2022. A Administração considera que a Empresa possui recursos para garantir a continuidade de seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **2.2. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Vision Med e de suas controladas Orion Promoções e Representações Ltda., por meio da participação de 99,99% do capital social, AP Areal Participações Ltda., por meio da participação de 99,99%, e Assistência Médica Global – AMEG Ltda., por meio da participação de 99,98%. As controladas foram integralmente consolidadas a partir da data de aquisição e as suas demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2023, foram auditadas pelos auditores independentes. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas das empresas, segundo a natureza de cada saldo, complementado pelas eliminações (i) da participação no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas; e (ii) dos saldos de contas-correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022	
<b>Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde</b>	<b>21</b>	<b>1.631.316</b>	<b>1.256.674</b>	<b>1.631.316</b>	<b>1.256.674</b>
Receitas com operações de assistência à saúde		<b>1.649.774</b>	<b>1.273.508</b>	<b>1.649.774</b>	<b>1.273.508</b>
Contraprestações líquidas		1.676.603	1.273.141	1.676.603	1.273.141
Varição das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		(26.829)	367	(26.829)	367
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(18.458)	(16.834)	(18.458)	(16.834)
Eventos indenizáveis líquidos	22	<b>(1.425.778)</b>	<b>(1.005.747)</b>	<b>(1.425.778)</b>	<b>(1.005.747)</b>
Eventos conhecidos ou avisados		(1.403.143)	(976.996)	(1.403.143)	(976.996)
Varição da provisão para eventos ocorridos e não avisados		(22.635)	(28.751)	(22.635)	(28.751)
<b>Resultado das operações com planos de assistência à saúde</b>	<b>25</b>	<b>205.538</b>	<b>250.927</b>	<b>205.538</b>	<b>250.927</b>
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		5.676	4.579	5.676	4.579
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		<b>11.142</b>	<b>6.003</b>	<b>11.142</b>	<b>7.268</b>
Outras receitas operacionais	23	<b>11.142</b>	<b>6.003</b>	<b>11.142</b>	<b>7.268</b>
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde		<b>(4.935)</b>	<b>(6.349)</b>	<b>(6.316)</b>	<b>(6.810)</b>
Outras despesas de operações de plano de assistência à saúde		145	(692)	145	(692)
Provisão para perdas sobre créditos		(5.080)	(5.657)	(6.461)	(6.118)
Outras despesas oper. de assistência à saúde não relacionadas com planos da operadora	24	(84.837)	(29.462)	(84.502)	(29.146)
<b>Resultado bruto</b>		<b>132.584</b>	<b>225.698</b>	<b>131.538</b>	<b>226.818</b>
Despesas de comercialização		(148.909)	(114.520)	(148.909)	(114.520)
Despesas administrativas	25	(175.348)	(148.775)	(184.357)	(151.498)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>26</b>	<b>(48.901)</b>	<b>(7.126)</b>	<b>(52.956)</b>	<b>(7.268)</b>
Receitas financeiras		28.116	27.985	28.156	28.031
Despesas financeiras		(77.017)	(35.111)	(81.112)	(35.299)
<b>Resultado patrimonial</b>		<b>(39.933)</b>	<b>(1.782)</b>	<b>(9.833)</b>	<b>-</b>
Receitas patrimoniais		727	460	-	-
Despesas patrimoniais		(40.660)	(2.242)	(9.833)	-
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>(280.507)</b>	<b>(46.505)</b>		

# Vision Med Assistência Médica Ltda.

CNPJ/MF nº 01.518.211/0001-83

e empréstimos e financiamentos. 2.3.3.1. **Contas a pagar a fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante em função do pagamento ser devido no período de até um ano. Tais obrigações são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.3.3.2. **Empréstimos e financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. 2.3.4. **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.3.5. **Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. 2.4. **Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto e, dessa forma, não foi registrado nenhum ajuste relevante. 2.5. **Imobilizado:** Os itens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Empresa e suas controladas reconhecem essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue: • Equipamentos de telecomunicações - 10 anos. • Equipamentos de informática - 5 anos. • Móveis e utensílios - 10 anos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. 2.6. **Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável, assim como os ativos com vida útil indefinida. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável. 2.7. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. 2.8. **Provisões:** 2.8.1. **Geral:** Provisões são reconhecidas quando a Empresa e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Empresa e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. 2.8.2. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 2.9. **Provisões técnicas:** As provisões técnicas foram integralmente constituídas pela Empresa segundo normas e critérios fixados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, conforme descrito na Nota 13. 2.10. **Teste de adequação de passivo (TAP):** Em atenção ao disposto na Resolução Normativa ANS nº 528/2022, a Empresa elaborou o teste de adequação do passivo, como apresentado na Nota 14. 2.11. **Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. As contraprestações provenientes das operações de planos na modalidade de preço preestabelecido são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário do período de cobertura individual de cada contrato. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação emitida, excluindo os descontos comerciais, bonificações, abatimentos e impostos ou encargos sobre a receita. A provisão para perdas sobre créditos é apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela Administração, para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber. Conforme determinado pela Resolução Normativa ANS nº 528/2022, nos planos individuais, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada; e para os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada. 2.12. **Reconhecimento de custo:** Os eventos indenizáveis contabilizados pela Empresa são apropriados ao custo, considerando-se a data de apresentação das faturas emitidas ou do aviso feito pelos prestadores e pela rede credenciada, correspondente aos eventos ocorridos. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, os eventos ocorridos e não avisados são reconhecidos pela Empresa mediante a constituição da Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA, nos moldes da regulamentação em vigor. 2.13. **Impostos:** 2.13.1. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para os órgãos de arrecadação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data das demonstrações financeiras. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável que excede a R\$240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. 2.13.2. **Impostos diferidos:** Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis na data do balanço. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para as diferenças tributárias temporárias aplicáveis para a Empresa. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados ainda possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. 2.13.3. **Tributos sobre as contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde:** As receitas das contraprestações pecuniárias estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições: Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Os referidos impostos e contribuições são apurados de acordo com as legislações vigentes. 2.14. **Arrendamento:** Um contrato é caracterizado como arrendamento quando transmite o direito de controlar o uso de ativos identificados por um período de tempo em troca de contraprestação. No início de um arrendamento é reconhecido um passivo de arrendamento e um ativo de direito de uso. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada. O resultado do exercício é impactado de forma linear, pela depreciação dos ativos de arrendamento de acordo com a vigência dos contratos, reconhecidos nas despesas administrativas, e pela atualização das obrigações a pagar com os juros incorridos nos períodos divulgados, reconhecidas no resultado financeiro. 2.15. **Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 2.16. **NOTA 3 - JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:** 3.1. **Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. 3.2. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: 3.2.1. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. 3.2.2. **Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Empresa e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, sendo o valor baseado em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Empresa e suas controladas. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. 3.2.3. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Empresa reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os recursos são em sua totalidade mantidos em instituições financeiras de primeira linha. 3.3. **NOTA 4 - GESTÃO DE RISCOS:** A Vision Med possui estrutura de Gestão de Riscos em acordo com as melhores práticas e modelos, plenamente de acordo com a legislação vigente, tendo como objetivo identificar, avaliar e gerir os riscos inerentes às atividades da Empresa, por meio do mapeamento, análise, mensuração, tratamento, controles, formas de mitigação e avaliação de riscos, identificação de oportunidades e apoio ao negócio no alcance dos seus objetivos. O desenvolvimento da Gestão de Riscos objetiva disseminar e aculturar a companhia em todos os seus níveis, desde a alta administração até as demais áreas de negócios, com políticas, normas e procedimento adotados na missão contínua de monitoramento, tratamento, prevenção e controle dos riscos. Nos ditames das práticas de governança corporativa, nesse cenário, a empresa possui comitê que atualiza a administração quanto aos principais riscos de suas atividades, em especial aqueles relacionados aos riscos de subscrição, de crédito, de mercado, legais e operacionais. • Risco de subscrição: determina a medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operadora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas e relativas à precificação; • Risco de Crédito: determina a medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de ter alterada sua classificação de risco de crédito; • Risco Legal: determina a medida de incerteza relacionada aos retornos de uma operadora por falta de um completo embasamento legal de suas operações; é o risco de não cumprimento de leis, regras, regulamentações, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis, considerando, inclusive, o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a operadora particularmente vulnerável a litígios; e • Risco Operacional: determina a medida de incerteza que compreende os demais riscos enfrentados pela operadora relacionados aos procedimentos internos, tais como risco de perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas. • Risco de Mercado: determina a medida de incerteza relacionada à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos. 3.4. **NOTA 5 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS:** a) **Classificação por categoria e faixa de vencimento**

Controladora e Consolidado					
2023					
	Sem	Até	Acima de	Valor	Valor de
	vencimento	12 meses	12 meses	contábil	mercado

I. **Títulos para negociação**  
 Certificados de depósitos bancários - CDB - 14  
 Quotas de fundo de investimentos de renda fixa - 1  
**Total das aplicações livres** - 15

Controladora e Consolidado					
2022					
	Sem	Até	Acima de	Valor	Valor de
	vencimento	12 meses	12 meses	contábil	mercado

**I. Títulos para negociação**

Letras financeiras do tesouro - 68.666  
 Certificados de depósitos bancários - CDB - 12.473  
**Total das aplicações garantidoras** - 81.139

**I. Títulos para negociação**

Certificados de depósitos bancários - CDB - 26  
 Quotas de fundo de investimentos de renda fixa - 1  
**Total das aplicações livres** - 27  
**Total das aplicações financeiras** - 81.166

A rentabilidade auferida nos títulos privados é baseada no Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em tomo de 99,76% do CDI. b) **Hierarquia de valor justo:** A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros da Empresa e de suas controladas acompanhados de seus respectivos níveis de avaliação do valor justo, com se segue: • Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo. • Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", cuja precificação é direta ou indiretamente observável. • Nível 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

Controladora e Consolidado					
2023					
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2
					Total

Certificados de depósitos bancários - CDB - 14  
 Quotas de fundo de investimentos de renda fixa - 1  
 Letras financeiras do tesouro - LFT - 68.666  
**Total** - 81.166

**NOTA 6 - CONTRAPRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS A RECEBER:** O saldo das contraprestações pecuniárias a receber refere-se a valores a receber dos conveniados dos planos de saúde negociados pela Empresa, conforme segue:

Controladora			
2023			
	2023	2022	

Planos médico-hospitalares  
 Planos coletivos - 50.736  
 Planos individuais - 3.713  
 Subtotal - 54.449

Planos odontológicos  
 Planos coletivos - 543  
 Planos individuais - 28  
 Subtotal - 571

Total - 55.020  
 Provisão para perdas sobre créditos - (22.709)  
**Total líquido** - 32.311

A movimentação do saldo da provisão para perdas sobre créditos se apresenta da seguinte forma:

Controladora			
2023			
	2023	2022	

Saldo no início do exercício - (22.824)  
 Constituições - (4.343)  
 Reversões - 4.458  
 Saldo no fim do exercício - (22.709)

**NOTA 7 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS**

Controladora			
2023			
	2023	2022	

Imposto de Renda - 223  
 ISS - 150  
 PIS e COFINS - 98  
 Outros créditos tributários - 13.726  
**Total** - 14.197

Controladora			
2023			
	2023	2022	

Ativo circulante - 4.263  
 Ativo não circulante - 9.934  
**Total** - 14.197

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmada em repercussão geral no Recurso Extraordinário 1063187 - Tema 962, possui entendimento que é inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores oriundos da taxa Selic recebidos em razão de devolução de tributos pagos indevidamente (repetição de indébito tributário), sendo tal entendimento utilizado em Tribunal Regional Federal, temos que, nos termos do CPC 25, a realização do ganho como praticamente certa, o crédito foi reconhecido contabilmente em dezembro de 2021, no valor de R\$26.538. Como a posição do STF não está em consonância com a posição do STJ, foi solicitado que a questão retomasse a julgamento, sendo que o STJ manteve o entendimento divergente da Suprema Corte. Com tal reviravolta na discussão sobre exclusão da Selic da base de IRPJ e CSLL no levantamento de depósitos judiciais, a Empresa realizou a reversão do crédito tributário no montante de R\$30.677. Com o trânsito em julgado da ação judicial impetrada pela Vision Med onde foi reconhecida a inexistência da Taxa de Saúde Suplementar - TSS imposta pela Agência Nacional de Saúde, a ANS foi condenada a restituir os valores recolhidos indevidamente nos cinco anos que antecederam o ajuizamento da demanda. Para tanto, a ANS expediu precatório no valor de R\$8.572, sendo o principal R\$5.067 e atualização de R\$3.505. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2023 é no valor de R\$9.934.

**NOTA 8 - BENS E TÍTULOS A RECEBER**

Controladora			
2023			
	2023	2022	

Aluguéis a receber - -  
 Adiantamentos a funcionários - 393  
 Adiantamentos diversos - 11.323  
 Outros créditos e bens a receber (i) - 3.546  
**Total** - 15.262

Ativo circulante - 15.098  
 Ativo não circulante - 164  
**Total** - 15.262

(i) No mês de dezembro de 2021, foi celebrado acordo de confissão de dívida com sociedade devedora, que reconhece, expressamente, dever a quantia no valor original R\$23.410, referente aos pagamentos realizados pela Vision Med para liquidação de ações judiciais movidas em face do devedor, que foram impostas e arcadas pela Empresa. Como os valores pendentes de recebimento no ano de 2022 permanecem em dezembro de 2023, a Vision Med, de forma conservadora, realizou uma provisão de perda pelo valor integral atualizado de R\$25.528. Além disso, a administração avaliou a recuperabilidade de outros créditos, e optou por registrar, com base no princípio da prudência, provisão de perda no valor atualizado de R\$24.278, que representa a totalidade do acordo firmado com entidade devedora que deixou de realizar pagamentos das parcelas acordadas nos respectivos prazos.

**NOTA 9 - PROVISÃO PARA TRIBUTOS DIFERIDOS:** Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possui os seguintes créditos a serem excluídos nas bases de cálculo de lucros tributáveis futuros:

Controladora			
2023			
	2023	2022	

Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL - 26.203  
 Provisão para contingências - 11.239  
 Provisão para perdas sobre créditos - 3.047  
 Outras provisões - diferenças temporárias ativas - 1.112  
**Total do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo** - 41.601

Diferença temporária sobre atualização de depósitos judiciais - (259)  
 Total do imposto de renda e contrib. social diferidos - passivo - (259)  
**Imposto de renda e contribuição social diferidos** - 41.342

A Administração preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do saldo de imposto de renda diferido ativo constituído até 31 de dezembro de 2015, considerando a provável capacidade de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. De acordo com estas projeções, estima-se que o ativo referente ao imposto de renda diferido será realizado nos seguintes prazos:

Exercícios:	Valor:
2024	1.936
2025	2.566
2026	3.685
2027	4.122
2028	5.670
2029	4.881
2030	5.241
2031	4.732
2032	4.408
2033	4.360
<b>Total</b>	<b>41.601</b>

As projeções dos lucros tributáveis de exercícios futuros foram calculadas com base no histórico de crescimento do setor, estimativas de mercado para crescimento do PIB e índice de inflação e perspectivas da Administração para custos e despesas administrativas ao longo dos próximos anos. A Administração da Empresa considera que as premissas utilizadas e, consequentemente, a expectativa de realização do saldo de imposto de renda diferido ativo, espelham objetivos a serem atingidos. Mudanças nos cenários político, fiscal, econômico e regulatório podem alterar o quadro apresentado.

**NOTA 10 - INVESTIMENTOS**

Controladora			
2023			
	2023	2022	

Participação em empresas controladas - 333.088  
 Mais valia de investimentos - 377  
 Propriedades para investimentos - 76.000  
**Total** - 333.465

**10.1 - Participação em empresas controladas:** As principais informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 podem ser assim demonstradas:

	Resultado do exercício	Patrimônio líquido	Quantidade de quotas	% de participação
--	------------------------	--------------------	----------------------	-------------------

Orion Promoções e Representações Ltda. - 257  
 AP Areal Participações Ltda. (\*) - (39.954)  
 Assistência Médica Global – Ameg Ltda. - (236)  
**Total** - (39.933)

(\*) Excluindo-se a mais valia na avaliação de imóveis ao valor de mercado.

	Resultado do exercício	Patrimônio líquido	Quantidade de quotas	% de participação
--	------------------------	--------------------	----------------------	-------------------

Orion Promoções e Representações Ltda. - 239  
 AP Areal Participações Ltda. - (1.874)  
 Assistência Médica Global – Ameg Ltda. - (147)  
**Total** - (1.782)

**10.1.1 - Orion Promoções e Representação Ltda:** Em 01 de dezembro de 2014, foi realizada a subscrição, pela Empresa, de quotas no capital social da Orion Promoções e Representações Ltda. e a consequente aquisição do controle societário da sociedade, com integralização e subscrição das quotas no valor de R\$187.368, mediante a conferência da totalidade das marcas comerciais de titularidade da Empresa que se encontravam registradas em suas demonstrações financeiras pelo referido montante. Tais marcas comerciais se encontravam devidamente registradas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, sendo a transferência para a controlada Orion Promoções e Representações Ltda. devidamente providenciada. A Orion Promoções e Representações Ltda. é uma sociedade limitada que tem por objeto social a gestão e o licenciamento de marcas, a promoção e a representação comercial, podendo, ainda, participar no capital de outras sociedades, quer como acionista ou sócia quotista. Em 31 de dezembro de 2023, o capital da Orion Promoções e Representações Ltda. é representado da seguinte forma: Franklin Padrão Júnior com 0,01% e a Vision Med com 99,99%. O investimento na Orion Promoções e Representações Ltda. se encontra avaliado nas demonstrações financeiras individuais pelo método da equivalência patrimonial, tendo gerado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, resultado positivo de equivalência patrimonial no valor de R\$257 (ganho com equivalência patrimonial de R\$239 em 2022). **10.1.2 - AP Areal Participações Ltda:** Em fevereiro de 2018, a Vision Med adquiriu 99,99% de participação na AP Areal Participações Ltda. A subscrição do capital social, no montante de R\$114.088, foi feita através de integralização de quotas de capital social. A AP Areal Participações Ltda. é uma sociedade limitada que tem por objeto social a locação e venda de imóveis próprios, a compra e o loteamento de imóveis, bem como a prestação de serviços médicos ambulatoriais

## Vision Med Assistência Médica Ltda.

CNPJ/MF nº 01.518.211/0001-83

e atividades correlatas e afins, podendo, ainda, participar no capital social de outras sociedades. O investimento na AP Areal Participações Ltda. se encontra avaliado nas demonstrações financeiras individuais pelo método da equivalência patrimonial, tendo gerado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, resultado negativo de equivalência patrimonial no valor de R\$39.954 (perda com equivalência patrimonial de R\$1.874 em 2022). Em 31 de dezembro de 2023, o capital da AP Areal Participações Ltda. é representado da seguinte forma: Franklin Padrão Júnior com 0,01% e a Vision Med com 99,99%. **10.1.3 - Assistência Médica Global – Ameg Ltda:** Em 17 de dezembro de 2019, a Empresa constituiu a sociedade empresarial Assistência Médica Global – Ameg Ltda., sendo o capital representado pela Vision Med com 99,00%. A Assistência Médica Global – Ameg Ltda. é uma sociedade limitada e que tem por objeto social a prestação de serviços médicos ambulatoriais, compreendendo consultas, *check-up*, exames clínicos, testes de aptidão física, laudos periciais, entre outros, podendo explorar quaisquer outras atividades correlatas e afins, e, ainda, a participação no capital social de outras sociedades, quer como acionista ou sócia quotista. O investimento na Assistência Médica Global – AMEG Ltda. se encontra avaliado nas demonstrações financeiras individuais pelo método da equivalência patrimonial, tendo gerado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, resultado negativo de equivalência patrimonial no valor de R\$236 (perda com equivalência patrimonial de R\$147 em 2022). Em 31 de dezembro de 2023, o capital da Assistência Médica Global – AMEG Ltda. é representado da seguinte forma: Franklin Padrão Júnior com 0,02% e a Vision Med com 99,98%.

### 10.2 - Propriedades para investimento:

Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento da controlada AP Areal Participações Ltda. referem-se a imóveis para locação, e estão registradas a valor justo calculados através de avaliação que foi conduzida por empresa especializada, que segue critérios de acordo com as Normas Brasileiras de Avaliação que emitiram laudos de avaliação, que foram aprovados pela administração da empresa.

### NOTA 11 - IMOBILIZADO

	Controladora					2023	2022
	2022	Adição	Baixa	Desp. Depreciação	Baixa Depreciação		
Equip. de Telecomunicações	1.780	3	-	(231)	-	1.552	-
Informática	1.359	156	-	(690)	-	825	-
Móveis e Utensílios	352	54	(1)	(66)	(1)	340	-
Total	3.491	213	(1)	(987)	(1)	2.717	-
Direito de Uso de Arrendamento	23.972	616	-	(4.648)	-	19.940	-
Total	23.972	616	-	(4.648)	-	19.940	-
Total do imobilizado	27.463	829	(1)	(5.635)	(1)	22.657	-

	Controladora					2023	2022
	2021	Adição	Baixa	Desp. Depreciação	Baixa Depreciação		
Equip. de Telecomunicações	2.022	-	-	(242)	-	1.780	-
Informática	11.632	108	(11.650)	(673)	1.942	1.359	-
Móveis e Utensílios	372	45	-	(65)	-	352	-
Total	14.026	153	(11.650)	(980)	1.942	3.491	-
Direito de Uso de Arrendamento	-	30.286	-	(6.314)	-	23.972	-
Total	-	30.286	-	(6.314)	-	23.972	-
Total do imobilizado	14.026	30.439	(11.650)	(7.294)	1.942	27.463	-

	Controladora					2023	2022
	2022	Adição	Baixa	Desp. Depreciação	Baixa Depreciação		
Equip. de Telecomunicações	1.780	3	-	(231)	-	1.552	-
Informática	1.359	156	-	(690)	-	825	-
Móveis e Utensílios	369	54	26	(66)	9	340	-
Máquinas e Equipamentos	6	-	(6)	-	-	-	-
Equipamentos Médicos	10	-	(2)	(2)	1	7	-
Edificações	42.000	5.235	(42.000)	(319)	-	4.916	-
Terenos	-	41.365	-	-	-	41.365	-
Total	45.524	46.813	(41.982)	(1.308)	10	49.005	-
Direito de Uso de Arrendamento	23.972	616	-	(4.648)	-	19.940	-
Total	23.972	616	-	(4.648)	-	19.940	-
Total do imobilizado	69.496	47.429	(41.982)	(5.956)	10	68.945	-

	Controladora					2023	2022
	2021	Adição	Baixa	Desp. Depreciação	Baixa Depreciação		
Equip. de Telecomunicações	2.022	-	-	(242)	-	1.780	-
Informática	11.632	108	(11.650)	(673)	1.942	1.359	-
Móveis e Utensílios	392	45	-	(68)	-	369	-
Máquinas e Equipamentos	7	-	-	(1)	-	6	-
Equipamentos Médicos	11	-	-	(1)	-	10	-
Edificações	42.000	-	-	-	-	42.000	-
Total	56.064	153	(11.650)	(985)	1.942	45.524	-
Direito de Uso de Arrendamento	-	30.286	-	(6.314)	-	23.972	-
Total	-	30.286	-	(6.314)	-	23.972	-
Total do imobilizado	56.064	30.439	(11.650)	(7.299)	1.942	69.496	-

### NOTA 12 - INTANGÍVEL

	Controladora					2023	2022
	2022	Adição	Baixa	Desp. Depreciação	Baixa Depreciação		
Sistemas Aplicativos	854	16	-	(261)	-	609	-
Total do intangível	854	16	-	(261)	-	609	-

	Controladora					2023	2022
	2021	Adição	Baixa	Desp. Depreciação	Baixa Depreciação		
Sistemas Aplicativos	1.087	39	-	(272)	-	854	-
Total do intangível	1.087	39	-	(272)	-	854	-

	Controladora					2023	2022
	2022	Adição	Baixa	Desp. Depreciação	Baixa Depreciação		
Sistemas Aplicativos	854	16	-	(261)	-	609	-
Marcas comerciais	187.358	-	-	-	-	187.358	-
Total do intangível	188.212	16	-	(261)	-	187.967	-

	Controladora					2023	2022
	2021	Adição	Baixa	Desp. Depreciação	Baixa Depreciação		
Sistemas Aplicativos	1.087	39	-	(272)	-	854	-
Marcas comerciais	187.358	-	-	-	-	187.358	-
Total do intangível	188.445	39	-	(272)	-	188.212	-

O saldo referente à marca comercial está representado pelo registro da marca "Golden Cross", na época de sua aquisição com base em laudo de avaliação preparado por empresa especializada. O teste de redução ao valor recuperável referente à marca comercial vem sendo feito anualmente pela Administração da Empresa, por meio de estudo técnico, tomando como base todos os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo, considerando estratégias e premissas prudentes e realistas em relação às operações da Empresa. As projeções realizadas como parte do estudo técnico realizado pela Administração da Vision Med, incluindo os fluxos de caixa projetados derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. Foram consideradas premissas fundamentadas no histórico de crescimento do setor, estimativas de mercado para crescimento do PIB e índice de inflação e perspectivas da Administração para custos e despesas administrativas ao longo dos próximos anos. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Mudanças nos cenários políticos, fiscal, econômico e regulatório podem alterar o quadro. Em 31 de dezembro de 2023, não existe qualquer necessidade de constituição de provisão para perdas sobre o valor registrado no ativo da controlada.

### NOTA 13 - PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	2023	2022
<b>Passivo Circulante</b>		
Provisão de contraprestações não ganha (i)	46.286	39.449
Provisão de insuficiência de contraprestações (ii)	26.936	-
Provisão de remissão (iii)	165	257
Provisão de eventos a liquidar para SUS (iv)	6.676	8.545
Provisão de eventos a liquidar (v)	126.966	96.317
Provisão para eventos ocorridos e não avisados	-	-
Outros Prestadores (vi)	168.080	145.349
SUS (vii)	816	912
<b>Total do circulante</b>	<b>375.925</b>	<b>290.829</b>

	2023	2022
<b>Passivo não circulante</b>		
Provisão de remissão (ii)	35	51
Provisão de eventos a liquidar para SUS (iii)	9.949	11.984
<b>Total do não circulante</b>	<b>9.984</b>	<b>12.035</b>
<b>Total</b>	<b>385.909</b>	<b>302.864</b>

(i) **Provisão de contraprestações não ganhas:** Caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela Empresa para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito da receita de contraprestações, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês. (ii) **Provisão para insuficiência de Contraprestação – PIC:** A provisão referente à insuficiência de contraprestação, prevista na Resolução Normativa ANS nº 574/2023, deve ser constituída quando o valor da contraprestação for inferior ao tecnicamente necessário para custeio das despesas diretas da operação de planos. Em 31 de dezembro de 2023, consta contabilizada a PIC no valor de R\$26.936, que a administração da Empresa avalia como suficiente para fazer frente à materialidade de insuficiência de contraprestações. A Vision Med protocolou a metodologia própria, e está aguardando aprovação da ANS. (iii) **Provisão de remissão:** Encontra-se constituída de acordo com os critérios determinados pela Resolução Normativa ANS nº 574/2023, tendo como propósito a garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência à saúde. Referida provisão tem como base as informações contratuais firmadas com os beneficiários dos planos de saúde e calculadas por atuários. (iv) **Provisão de eventos para SUS:** É constituída pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, cuja obrigação legal é de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde – SUS, no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos. (v) **Provisão de eventos a liquidar:** É constituída com base nos avisos correspondentes aos eventos já ocorridos, em montantes considerados suficientes para fazer face aos compromissos futuros. Em atendimento à Resolução Normativa ANS nº 574/2023, os referidos valores passaram a ser apresentados como provisão técnica a partir de 01 de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança à Empresa. (vi) **Provisão para eventos ocorridos e não avisados – outros prestadores:** Encontra-se constituída com base em valor considerado pela Administração da Empresa como suficiente para fazer frente à materialização dos eventos indenizáveis ocorridos e ainda não avisados naquela data, tendo sido corroborado por meio de teste de consistência realizado subsequentemente com base na observação dos eventos indenizáveis avisados. A PEONA foi calculada com base em nota técnica atuarial desenvolvida pelos atuários da Empresa, submetida à aprovação por parte da ANS. (vii) **Provisão para eventos ocorridos e não avisados - SUS (PEONA SUS):** É calculada a partir da estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados. A Vision Med realizou a provisão contábil da PEONA SUS, conforme previsto na Resolução Normativa ANS nº 574/2023. Em dezembro de 2023 o total contabilizado corresponde a 100% da provisão calculada. (viii) **Ativos garantidores:** Em 2022, as provisões técnicas foram lastreadas por ativos garantidores (aplicações financeiras) no montante R\$81.139 (Letras Financeiras do Tesouro no valor de R\$68.666 e Certificados de Depósitos Bancários no valor de R\$12.473) e imóvel assistencial na monta de R\$42.000. Em 2023, as provisões técnicas foram lastreadas por ativo garantidor (imóvel assistencial) na monta de R\$46.600. A Empresa apresentou uma insuficiência de ativos garantidores para cobertura vinculada das provisões técnicas de R\$176.810. A Administração vem implantando ações nas áreas comercial, técnica, médica e administrativa para solucionar a insuficiência de ativos garantidores.

**NOTA 14 - TESTE DE ADEQUAÇÃO DO PASSIVO (TAP):** Tem por objetivo avaliar se as provisões constituídas pela Vision Med estão adequadas, devendo ser feita com o uso de estimativas correntes de fluxos de caixa futuros dos contratos firmados. É um método estatístico e atuarial com base em considerações (reajuste por faixa etária, o reajuste anual, VCMH, taxa de cancelamento, vigência dos contratos, tábuas BR- EMS, ETTJ livre de risco prefixada) realistas para estimar o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de planos de saúde na modalidade de pré-pagamento, seguindo os parâmetros definidos na Resolução Normativa ANS nº 528/2022. A Empresa realizou o Teste de Adequação do Passivo, de acordo com as regras e parâmetros definidos na Resolução Normativa ANS nº 528/2022, incluindo: a) todas as bases técnicas utilizadas para as estimativas correntes dos fluxos de caixa além daquelas estabelecidas na referida norma, bem como os agrupamentos de contratos similares adotados observado o mínimo exigido; b) as estimativas correntes de fluxo de caixa de cada agrupamento de contratos similares que apresentarem resultado negativo. Foram considerados os seguintes parâmetros mínimos na elaboração do TAP: i) os contratos foram segregados entre as modalidades coletiva empresarial e coletiva por adesão; ii) as estimativas correntes dos fluxos de caixa foram apuradas considerando as vigências dos contratos; iii) para o cálculo das estimativas de sobrevivência e de morte foram utilizadas as tábuas BR-EMS vigentes no momento da realização do TAP, ajustadas, quando for o caso, por critério de desenvolvimento de longevidade; iv) as premissas utilizadas para projeções de receitas e despesas foram baseadas na experiência observada pela Empresa, ou na de mercado, quando não teve experiência própria; v) as estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente. A estimativa corrente de fluxo de caixa na data-base de 31 de dezembro de 2023 correspondente para agregação de contratos Coletivo por Adesão é de R\$(257.439) e para os contratos Coletivo Empresarial, R\$(154.692). O montante de provisões técnicas constituídos na mesma data-base corresponde a R\$385.909 apresentando insuficiência no teste de adequação de passivo.

### NOTA 15 - TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda a pagar	-	-	3	3
Contribuição social a pagar	-	-	4	4
Imposto sobre serviços a pagar	223	43	45	45
INSS & FGTS a pagar	1.542	1.424	1.442	1.442
PIS & COFINS	452	1.455	1.456	1.456
IR retido na fonte	2.450	2.222	2.223	2.223
ISS retido na fonte	1.194	850	851	851
CSL retido na fonte	549	390	394	394
PIS & COFINS retidos na fonte	2.082	1.472	1.474	1.474
Outros	231	195	2.082	2.082
	8.723	8.051	9.974	9.974
Parcel. de tributos e contribuições	2.177	4.526	5.263	5.263
	10.900	12.577	15.237	15.237

	2023	2022
Passivo circulante	10.897	10.517
Passivo não circulante	3	2.060
	10.900	12.577

Em 2011 a Receita Federal do Brasil consolidou os débitos tributários não previdenciários incluídos no REFIS (PIS e COFINS), no montante de R\$21.721 (R\$9.179 de principal e R\$12.542 de encargos). Conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 7º da referida Lei nº 11.941/09, a Empresa fez a opção de utilizar créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, para quitação dos encargos (juros e multas) do parcelamento. As parcelas correspondentes ao REFIS estão sendo pagas mensalmente dentro do prazo estabelecido pela Receita Federal, restando em 31 de dezembro de 2023 um passivo circulante de R\$2.167 (R\$2.459 em 2022) e passivo não circulante de R\$3 (R\$2.049 em 2022). A Empresa possui parcelamento de débito previdenciário em 31 de dezembro de 2023 no passivo circulante de R\$7 (R\$7 em 2022) e passivo não circulante de R\$3 (R\$11 em 2022). O saldo apresentado no passivo não circulante possui vencimento da seguinte forma:

Vencimentos em:	Saldo
2025	3
	3

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os parcelamentos de tributos registrados na controlada AP Areal Participações Ltda. no montante de R\$144 no passivo circulante (R\$173 em 2022) e R\$4.379 no passivo não circulante (R\$564 em 2022).

### NOTA 16 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2023		2022		Vencimento	Indexador	Finalidade	Garantias
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante				
Banco Sofisa	20.092	20.132	-	-	18/06/2024	CDI +0,56% a.m	Reserva Técnica	Cessão Fiduciária de duplicatas
Banco Sofisa	577	623	-	-	10/10/2024	1,05%a.m	Aquisição de bens	Cessão Fiduciária de duplicatas
Banco Sofisa	-	500	-	-	21/12/2023	0,57%a.m	Aquisição de bens	Cessão Fiduciária de duplicatas
Banco Sofisa	156	467	-	-	05/04/2024	100% tx. médias diárias do CDI	Aquisição de bens	Cessão Fiduciária de duplicatas
<b>Total do circulante</b>	<b>20.825</b>	<b>21.722</b>						
Banco Sofisa	-	578	-	-	10/10/2024	1,05%a.m	Aquisição de bens	Cessão Fiduciária de duplicatas
Banco Sofisa	-	155	-	-	05/04/2024	100% tx. médias diárias do CDI	Aquisição de bens	Cessão Fiduciária de duplicatas
<b>Total do não circulante</b>	<b>-</b>	<b>733</b>						
<b>Total</b>	<b>20.825</b>	<b>22.455</b>						

Em 31 de dezembro de 2023, não havia condições restritivas financeiras imputadas pelos empréstimos e financiamentos. **NOTA 17 - PROVISÃO PARA AÇÕES JUDICIAIS:** 17.1. **Ações Judiciais com perda provável e perda possível:** A Vision Med constituiu provisão para ações judiciais com base na opinião de seus patrocinadores jurídicos, baseada em processos judiciais com risco de perda provável, que são integralmente provisionados. A Empresa classifica as contingências como perda possível com base em fatos específicos que as suportem e que não signifiquem prováveis saídas de recursos para pagamentos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a provisão para ações judiciais apresenta a seguinte composição:

Natureza das ações judiciais:	Provável		Possível	
	2023	2022	2023	2022
Tributárias (i)	160.948	147.841	492.903	536.333
Cíveis (ii)	53.205	54.092	193.175	212.024
Trabalhistas (iii)	2.220	2.829	1.295	638
Multas administrativas ANS (iv)	3.173	1.024	48.845	18.672
	<b>219.546</b>	<b>205.786</b>	<b>736.218</b>	<b>767.667</b>

(i) Ações Judiciais referentes a COFINS, FAP e INSS; (ii) Em sua maioria representado por questões contratuais, como reajuste anual ou de faixa etária, cancelamentos de contratos e fornecimento de medicamento. (iii) Reclamações trabalhistas, como vínculo empregatício e horas extras. (iv) Multas administrativas ANS, basicamente, referentes a reajuste e a rede referenciada. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a movimentação de provisões constituídas para ações judiciais fiscais, trabalhistas e cíveis apresentam a seguinte composição:

	Tributárias	Cíveis	Multas ANS	Trabalhistas	Total
Em 31 de dezembro de 2022	147.841	54.092	1.024		

## Vision Med Assistência Médica Ltda.

CNPJ/MF nº 01.518.211/0001-83

beneficiários dos planos de saúde, no valor de R\$12.000. O saldo remanescente em dezembro de 2023 a pagar é de R\$9.000 (R\$10.200 em 31 de dezembro de 2022). A Empresa firmou em dezembro de 2021 acordo com referenciado parceiro para obtenção de descontos, no valor de R\$37.028 em razão do volume de faturamento mensal. O referenciado concederá descontos comerciais mensais em 64 (sessenta e quatro) parcelas fixas mensais, a título de incentivo pela utilização dos serviços. Em decorrência do referido acordo, a Vision Med solicitou a antecipação de todos os descontos, em um total de R\$28.880, considerando o desconto a valor presente. O saldo remanescente em dezembro de 2023 a pagar é de R\$18.772 (R\$24.548 em 31 de dezembro de 2022). Em junho de 2022, a Vision Med firmou acordo de parceria estratégica de longo prazo com empresa referenciada para tratamento de beneficiários dos planos de saúde operados pela Empresa que tenham recebido diagnóstico de doenças oncológicas e necessitem de serviços de oncologia que serão prestados nesta parceria. A Vision Med se comprometeu, nos termos do acordo, a gerar um significativo fluxo de pacientes direcionando as demandas dos que buscam pelos serviços de oncologia ao parceiro comercial. Em virtude das obrigações assumidas pela Vision Med no âmbito desse acordo, a empresa parceira se comprometeu a pagar o montante total de até R\$80.000 em duas parcelas. A primeira parcela, com valor de R\$65.000, foi paga em 01 de julho de 2022. O pagamento da segunda parcela, no valor de R\$15.000, foi feito em 21 de agosto de 2023. O saldo remanescente em dezembro de 2023 é de R\$77.030 (R\$64.071 em 31 de dezembro de 2022). Em 29 de abril de 2023 foi efetuada a 37ª alteração contratual na controlada AP Areal Participações Ltda., onde foi aprovada a redução do capital social e, consequentemente, a redução do investimento da Vision Med na controlada em R\$26.638 mediante transferência bancária efetuada à empresa controladora Vision Med. Como a aprovação da respectiva alteração ainda está em processo de registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, o valor foi contabilizado como débito a pagar, aguardando o referido registro.

**NOTA 19 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO:** a. **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023 o capital social se encontra constituído por 177.000.000, de quotas com valor nominal de R\$1,00 (um real), totalmente integralizadas, distribuídas como segue:

	Em reais	
	2023	2022
Milton Soldani Afonso	176.996.558	176.996.558
Franklin Padrão Júnior	1.721	1.721
Aloisio José de Souza Francisco	1.721	1.721
Total	177.000.000	177.000.000

b. **Reservas de lucros:** Correspondem à parcela do lucro líquido remanescente, após as deduções legais e a constituição da reserva legal, ao final de cada exercício social, com o propósito de manutenção do capital de giro ou de futura deliberação dos quotistas. (i) Reserva legal – E constituída por 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. (ii) Reserva de retenção de lucros – Registra a retenção acumulada de lucros para futura utilização. c. **Patrimônio líquido ajustado e capital regulatório:** O Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) representa o Patrimônio Líquido ou Social, apurado nas demonstrações financeiras da operadora, ajustado por efeitos econômicos regulamentados na Resolução Normativa ANS nº 569/2022. Em dezembro de 2023, o PLA é de R\$(124.821) e em dezembro de 2022 de R\$160.838. A Resolução Normativa ANS nº 569/2022 dispõe sobre os critérios para definição de capital regulatório das operadoras de planos de assistência à saúde. O capital regulatório é apurado levando em consideração o maior valor entre os valores correspondentes ao capital base (R\$11.227) e capital baseado em riscos (R\$204.137). O cálculo do capital baseado em riscos corresponde à soma dos riscos de subscrição, crédito, mercado, legal e operacional.

**NOTA 20 - PARTES RELACIONADAS:** Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 relativos às operações com parte relacionada são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo Circulante				
Orion Promoções e Representações Ltda.	31	29		
Outras receitas (despesas) operacionais				
Orion Promoções e Representações Ltda.	338	346		

A Empresa possui contrato de licença de uso da marca junto à controlada Orion Promoções e Representações Ltda., responsável pelas despesas acima mencionadas. Essas transações realizadas são específicas e, assim, não possuem similares com transações realizadas com terceiros. A remuneração do pessoal-chave da Administração da Empresa se encontra demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Remuneração total paga	3.649	3.454	3.744	3.541

### NOTA 21 - CONTRAPRESTAÇÕES EMITIDAS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contraprestações de assistência à saúde				
Contraprestações emitidas	1.676.393	1.276.323		
Contraprestações canceladas	(23.786)	(24.725)		
	1.652.607	1.251.598		

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contraprestações de assistência odontológica				
Contraprestações emitidas de assistência odontológica	26.171	23.119		
Contraprestações canceladas de assistência odontológica	(655)	(639)		
	25.516	22.480		

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
(-) Outras deduções				
Contraprestações emitidas líquidas	1.676.603	1.273.141		
(-) Variação das provisões técnicas	(26.829)	367		
	1.649.774	1.273.508		

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
(-) Tributos diretos				
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	(18.458)	(16.834)		
	1.631.316	1.256.674		

### NOTA 22 - EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Eventos indenizáveis de assistência à saúde	1.389.460	965.184		
Eventos indenizáveis de assistência odontológica	13.683	11.812		
	1.403.143	976.996		
Variação da provisão de eventos conhecidos e não avisados - PEONA	22.635	28.751		
Eventos indenizáveis líquidos	1.425.778	1.005.747		

### NOTA 23 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas operacionais				
Acordo referenciado parceiro (Nota 28)	3.241	2.660	3.241	2.660
Precatório TSS (Nota 7)	5.067	-	5.067	-
Outras receitas operacionais	2.834	3.343	2.834	4.608
	11.142	6.003	11.142	7.268

### NOTA 24 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DA OPERADORA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contratos com remissão	997	1.846	997	1.846
Licença de uso de marcas	367	346	-	-
Despesas com serviços plano de saúde	63	57	63	57
Despesas com fianças bancárias	148	292	148	292
Despesas com indenizações	11.056	10.521	11.056	10.521
Outras despesas com eventos assistenciais	22.328	16.360	22.328	16.360
Prov. p/ perdas sobre créditos (Nota 8)	49.806	-	49.806	-
Outras despesas operacionais	72	40	104	70
	84.837	29.462	84.502	29.146

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores da Vision Med Assistência Médica Ltda.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vision Med Assistência Médica Ltda., identificadas como controladora e consolidado respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vision Med Assistência Médica Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Continuidade operacional:** Sem ressaltar nossa opinião, chamamos à atenção para as demonstrações financeiras, que indicam que a empresa incorreu em prejuízo e apresentou capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) em 31 de dezembro de 2023, além de insuficiência de ativos garantidores de provisões técnicas nos parâmetros requeridos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS naquela data, conforme mencionado na nota explicativa nº 13 (viii). O Plano de Adequação Econômico-Financeira (PLAEF), elaborado pela administração, como forma alternativa à imediata solução dos problemas econômico-financeiros, foi aprovado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS em 01 de agosto de 2023, com prazo de 48 meses. Além disso, os planos da Administração com relação às atividades operacionais estão descritos na nota explicativa nº 2.1. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações da empresa. A recuperação dos valores registrados no ativo depende do sucesso das operações futuras da empresa. **Ênfase:** Sem ressaltar nossa opinião, conforme previsto na nota explicativa 13 (ii), a Companhia constitui uma provisão para insuficiência de contraprestação - PIC, descrita na Resolução Normativa ANS nº 574/2023, no montante de R\$ 26.936 mil. A Administração utilizou metodologia própria, protocolada na ANS e que está aguardando aprovação, cujo montante é avaliado como suficiente para fazer frente à materialidade de insuficiência de contraprestações. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras,

### NOTA 25 - RESULTADO ADMINISTRATIVO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas Administrativas	1.189	3.700	1.189	3.700
	1.189	3.700	1.189	3.700
Despesas com pessoal próprio	(85.820)	(76.375)	(86.051)	(76.487)
Despesas com serviços de terceiros	(59.365)	(41.625)	(62.965)	(43.677)
Despesas com local, e funcionamento	(13.545)	(16.158)	(14.095)	(16.257)
Despesas com publicidade	(5.306)	(5.575)	(5.310)	(5.575)
Despesas com tributos	(1.621)	(1.285)	(1.621)	(1.730)
Despesas com multas administrativas	(7.846)	(8.895)	(7.846)	(8.895)
Despesas administrativas diversas	(3.034)	(2.562)	(3.034)	(2.577)
	(176.537)	(152.475)	(185.546)	(155.198)
Resultado administrativo	(175.348)	(148.775)	(184.357)	(151.498)

### NOTA 26 - RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras sobre títulos privados	1.272	3.017	1.272	3.017
Receita de aplicações financeiras sobre títulos públicos	4.577	7.977	4.577	7.977
Recebimentos em atraso	6.079	4.679	6.079	4.679
Atualização monetária dos depósitos judiciais	8.945	7.528	8.945	7.528
Atualização monetária dos créditos previdenciários	5.423	2.179	5.423	2.179
Outras receitas financeiras	1.820	2.605	1.860	2.651
	28.116	27.985	28.156	28.031

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas financeiras:				
Ressarcimento ao SUS	(2.115)	(2.088)	(2.115)	(2.088)
Desconto concedido	(19.546)	(12.333)	(19.546)	(12.333)
Empréstimos e financiamentos	(4.461)	(3.263)	(4.461)	(3.263)
Despesa ajuste valor presente	(1.802)	(1.566)	(1.802)	(1.566)
Atualização monetária dos tributos	(28.752)	(311)	(28.752)	(311)
Outras despesas financeiras	(20.341)	(15.550)	(24.436)	(15.738)
	(77.017)	(35.111)	(81.112)	(35.299)
	(48.901)	(7.126)	(52.957)	(7.268)

### Resultado financeiro líquido

**NOTA 27 - COBERTURA DE SEGUROS:** Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possuía as seguintes coberturas de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Importâncias Seguradas
Danos materiais às edificações e instalações	36.036
Responsabilidade civil	570
Perda de aluguel	260

### NOTA 28 - ACORDO DE EXCLUSIVIDADE COM REFERENCIADOS PARCEIROS: • SERVICOS DE ONCOLOGIA:

Em junho de 2022, a Vision Med firmou novo acordo de parceria estratégica com empresa referenciada, pelo prazo de 35 anos, para tratamento de beneficiários que tenham recebido diagnóstico de doenças oncológicas e necessitem de serviços de oncologia previstos nesta parceria. A Vision Med se comprometeu, nos termos do acordo, a gerar um significativo fluxo de pacientes direcionando as demandas dos que buscam pelos serviços de oncologia ao parceiro comercial. Em virtude das obrigações assumidas pela Vision Med no âmbito desse acordo, a empresa parceira pagou em julho de 2022, o valor de R\$65.000 e R\$15.000 em agosto de 2023. O referido montante, efetivamente recebido pela Empresa, está sendo apropriado ao resultado de forma linear pelo período do acordo, tendo sido reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$2.041, apresentado na rubrica "Outras receitas operacionais". • **SERVICOS DE HOME CARE:** Foi firmado acordo comercial de exclusividade nos serviços prestados de assistência médico-hospitalar de home care para beneficiários acima de 18 anos completos, pelo prazo de 10 (dez anos), com o término previsto para o ano de 2031. Como medida de apoio para a promoção da parceria entre as partes, ficaram acordados pagamentos através de compensação, nos termos do artigo 368 do Código Civil, com o montante devido pela Vision Med ao referenciado por serviços prestados aos beneficiários dos planos de saúde, no valor de R\$12.000. O referido montante está sendo apropriado ao resultado de forma linear pelo período da exclusividade concedida, tendo sido reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$1.200, apresentado na rubrica "Outras receitas operacionais".

**NOTA 29 - OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO:** Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2023 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contraprestações pecuniárias a receber, empréstimos e financiamentos e as obrigações relacionadas ao curso normal de suas operações, principalmente, aqueles referentes aos eventos a liquidar e comercialização sobre operações de assistência à saúde. Os valores registrados se equivalem aos valores de mercado. Os saldos relativos ao caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras estão registrados com base em seus respectivos valores de mercado, que equivalem aos valores contábeis. Os valores das contraprestações pecuniárias a receber e das obrigações surgidas no curso normal das operações, principalmente, com os eventos a liquidar e comercialização sobre operações de assistência à saúde, se encontram registrados pelos seus valores contratuais, os quais equivalem ao valor de mercado. Quanto aos empréstimos e financiamentos, foram inicialmente reconhecidos a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos, tomando como base seus valores contratuais e condições contratadas. A exposição da Empresa a riscos de mercado é baixa. As provisões são em grande parte lastreadas por depósitos e há raros fluxos atrelados à taxa prefixada. O risco de crédito é majoritariamente relacionado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus clientes, o qual é atenuado pela venda a uma base pulverizada de clientes e pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após um período considerado curto de inadimplência. O risco de crédito relacionado aos recursos mantidos em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras se encontra substancialmente reduzido pelo fato de serem concentradamente mantidos em instituições financeiras de primeira linha e reconhecida liquidez. A Empresa não possui exposição ao risco de taxa de câmbio em função de não possuir saldos em moeda estrangeira. Não existiam operações com derivativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

**NOTA 30 - EVENTOS SUBSEQUENTES: • Redução de capital em empresa controlada:** Conforme descrito na nota explicativa nº 18, em 29 de abril de 2023 foi efetuada a 37ª alteração contratual na controlada AP Areal Participações Ltda., onde foi aprovada a redução do capital social e, consequentemente, a redução do investimento da Vision Med na controlada em R\$26.638 mediante transferência bancária efetuada à empresa controladora Vision Med. Como a aprovação da respectiva alteração ainda está em processo de registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, o valor foi contabilizado como débito a pagar, no passivo circulante, aguardando o referido registro. A Vision Med declara que, de 31 de dezembro de 2023 até a data de emissão deste relatório, exceto quanto ao item descrito acima, não ocorreram quaisquer outros eventos subsequentes que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações financeiras apresentadas ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

### DIRETORIA

Franklin Padrão Júnior - Diretor-Presidente

Franklin Padrão Júnior - Diretor Técnico

Aloisio José de Souza Francisco

Diretor Administrativo Financeiro e Controladoria

Andréa Alves de Andrade

Atuária - MTB nº 1066-MIBA

Teresa Cristina Straub da Costa - Contadora - CRC: RJ 072.764/O-2

## Ativa Distribuição e Logística Ltda

CNPJ nº 01.125.797/0025-93

Edital

Governo do Estado do Rio de Janeiro Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro Presidência EDITAL ATIVA DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA, com sede à Rodovia Coronel PM Nelson Tranches (SP - 02/9), KM 34,5, nº 740 e 990, Bloco 300, Galpões 16, Itaipu - Itapevi, São Paulo, CEP: 06696-110, registrada na JUCESP sob o NIRE 35213671211, pelo processo nº 00-2022/902268-5, de 06/12/2022, deferido por Decisão Singular de 23/02/2023, arquivado como "Documento de Armazéns Gerais" sob o nº 00005323362, de 23/02/2023, requer Carta de Matricula de Armazém Geral para a unidade armazenadora localizada na Avenida Arthur Antonio Sendas, nº 999, setor 6 A, Bloco 200, Galpão E2, F e G, Parque Juriti - São João de Meriti, Rio de Janeiro, CEP 25.585-085, NIRE 33.901.575.035, nos termos do art. 1º do Decreto Federal nº 1.102, de 21.11.1903, c/c art. 1º da IN/DREI nº 52, de 29/07/2022, razão pela qual faz saber o Regulamento Interno, o Memorial Descritivo das características da(s) unidade(s) armazenadora(s) e as Tarifas Remuneratórias, conforme cópias que a este acompanham. SÉRGIO TAVARES ROMAY Presidente da JUCERJA Id. Funcional 5012208-8

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.:

(21) 99122-4278

(11) 2655-1899

Diário do Acionista

publicidade@diariodoacionista.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, ATAS, EDITAIS, CONVOCAÇÕES

Faça seu orçamento

Tels.: (21)

99122-4278

### ALL NATIONS COMÉRCIO EXTERIOR S.A. (00.070.112/0007-04)

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Balanco Patrimonial				
Ativo	425.721	657.513	425.975	657.636
Circ				

## MARGEM EQUATORIAL

## Magda: Petrobras priorizará exploração de novos poços

DENISE LUNA E GABRIEL VASCONCELOS/AE

Em sua primeira entrevista desde que tomou posse no cargo, na sexta-feira passada, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, disse na segunda-feira passada, que a prioridade de sua gestão vai ser acelerar as atividades de exploração de petróleo para repor as reservas da estatal. Ela afirmou que as reservas de óleo da empresa, ainda muito baseadas no pré-sal, entram em declínio a partir de 2030.

"Enquanto empresa de petróleo, temos de pensar em repor reservas. Produzir petróleo em águas ultraprofundas é o que sabemos. O foco não poderia ser outro que não zelar pela produtividade. E, para isso, é essencial repor reservas", disse a executiva.

Magda assumiu o cargo no lugar do ex-senador petista Jean Paul Prates, alvo de críticas do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que cobrava maior rapidez na condução do plano de negócios da empresa

para o quinquênio 2024-2028.

"A sobrevivência da Petrobras tem um grande componente que é a produção desses reservatórios, tempestiva, com máximo aproveitamento, majoração do potencial dos recursos, mas reposição de reservas. Para nós, é essencial repor reservas, continuar explorando petróleo no litoral brasileiro. A Margem Equatorial está nesse contexto, o litoral do Amapá e o do Rio Grande do Sul estão nesse contexto", disse.

Ela afirmou que o debate sobre a licença ambiental para a exploração de petróleo na bacia da Foz do Amazonas, na Margem Equatorial brasileira, precisa ser ampliado. Segundo ela, a discussão deve ser levada ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que, na avaliação da executiva, "tem se reunido pouco".

"Tem de sentar todos os componentes do CNPE para discutir o assunto, mostrar que a reposição de reservas é essencial. O litoral do Amapá está nesse contexto", disse Magda, referindo-se ao órgão que reúne vários minis-

térios, representantes da sociedade civil e da academia. O colegiado é presidido pelo ministro de Minas e Energia, que faz defesa reiterada da necessidade de explorar petróleo na região (mais informações na pág. B13). A exploração de petróleo na região é controversa e teve licença negada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

## AMBIENTE

Questionada sobre a resistência do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ibama em liberar a exploração nessas áreas, Magda disse que a pasta de Marina Silva precisa ter mais informações sobre a "necessidade premente" de a Petrobras repor suas reservas de petróleo.

"O Ministério do Meio Ambiente precisa ser mais esclarecido sobre a necessidade de o Brasil explorar a Margem (Equatorial) e perfurar esses poços, até para liderar a transição (energética)", disse. Sobre isso, a nova presidente da Petrobras ainda afirmou que o cuidado da

empresa com sua operação vai muito além do que demanda a lei ambiental.

Ela também disse que a Petrobras vai seguir investindo na diversidade de fontes de energia capazes de garantir o futuro da companhia.

## POLÍTICA DE PREÇOS

A nova presidente da Petrobras, Magda Chambriard, afirmou ontem, em sua primeira entrevista coletiva no cargo, que não deve modificar a atual política de preços de combustíveis da estatal, que observa a realidade do mercado, como as cotações internacionais, mas sem considerar custos ligados à importação - que não incidem sobre a operação da Petrobras.

"A Petrobras sempre funcionou acompanhando uma tendência de preços internacionais, ora mais alta, ora mais baixa. O que é altamente indesejável? Trazer para a sociedade brasileira instabilidade de preços todos os dias. A Petrobras sempre zelou pela estabilidade", disse a nova presidente da estatal.

## IPCA - 15

## Prévia da inflação sobe 0,44% em maio ante alta de 0,21% em abril

DANIELA AMORIM/AE

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15) registrou alta de 0,44% em maio, após ter subido 0,21% em abril, informou ontem, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado ficou abaixo da mediana das estimativas dos analistas do mercado financeiro consultados pelo Projeções Broadcast, que apontava alta de 0,47%. O intervalo das estimativas era de aumento de 0,28% a 0,56%.

Com o resultado agora anunciado, o IPCA-15 acumulou um aumento de 2,12% no ano. A taxa em 12 meses ficou em 3,7%. As projeções iam de avanço de 3,53% a 3,90%, com mediana de 3,73%.

Os preços de Alimentação e bebidas aumentaram

0,26% em maio, após alta de 0,61% em abril. O grupo deu uma contribuição positiva de 0,06 ponto porcentual para o IPCA-15, que subiu 0,44% no mês.

Entre os componentes do grupo, a alimentação no domicílio teve alta de 0,22% em maio, após ter avançado 0,74% no mês anterior. A alimentação fora do domicílio subiu 0,37%, ante alta de 0,25% em abril.

O Estação/Broadcast calcula o impacto de cada grupo no IPCA-15 com base na variação mensal e no peso mensal disponíveis no Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra). O resultado pode ter divergências pontuais com o impacto divulgado pelo IBGE, que considera mais casas decimais do que as disponibilizadas publicamente na taxa de cada item.

## ATA DE FUNDAÇÃO

Pelo presente ficam devidamente convocados todas as pessoas interessadas e que se enquadrem nas especificidades necessárias, em participar da Assembleia de Fundação da Associação Brasileira dos Enfermeiros Auditores do Estado do Rio de Janeiro (ABEA-RJ), cuja assembleia será realizada no dia 29/05/2024, em 1ª convocação às 16h00 horas e em 2ª convocação 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de pessoas, ambiente físico. Endereço físico, na rua da Glória, 190 Prédio Administrativo do Cofen, Rio de Janeiro para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) fundação, aprovação dos estatutos e eleição da primeira Diretoria Executiva e do primeiro Conselho Fiscal. Informa ainda, aos participantes interessados, que a assembleia será gravada e que toda deliberação que necessitar de voto será de forma aberta. Serão consideradas presenças por meio de lista de presença física para quem estiver no endereço acima descrito. Para que ninguém alegue desconhecimento, publico-se em jornal de grande circulação nesta cidade. Rio de Janeiro, 29/05/2024. Camila Siqueira - Presidente da comissão organizadora da Associação Brasileira de Enfermeiros Auditores do Estado do Rio de Janeiro (ABEA-RJ).

## UNIMED-RIO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA.

CNPJ: 10.045.987/0001-87 - NIRE: 33.2.0842520-6

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO DE SÓCIOS

Ficam convocados os Srs. Sócios a se reunirem em Reunião de Sócios, a ser realizada em 06/06/2024, às 11 horas, em primeira e única convocação, no seguinte endereço: Avenida Ayrton Senna, nº 2.500, Office III, sala 130, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.775-003, para deliberarem sobre a seguinte matéria: a) Destituir o atual administrador da Sociedade, Sr. Mário Sérgio Salomão de Souza; b) Eleger o novo administrador da Sociedade; e c) Alterar o parágrafo segundo do artigo 06º do Contrato Social da Sociedade para prever o novo administrador eleito.

Sócia  
Unimed-Rio Participações e Investimentos S/A  
Representada por:  
Kátia Davy Bello  
Antônio Romeu Scofano Junior

## VMX COMERCIO ELETRONICO S.A.

CNPJ nº 08.215.490/0005-89 - NIRE: 42300057401

## Balço Patrimonial Levantado em 31/12/2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022
<b>CIRCULANTE</b>	<b>237.656</b>	<b>175.914</b>
Caixa e equivalentes de caixa	19.110	6.996
Contas a receber clientes e outras	68.592	47.838
Estoques	67.720	88.900
Impostos a Recuperar	34.561	14.290
Adiantamentos a Fornecedores	37.787	17.264
Outros Créditos	9.885	626
Partes Relacionadas	-	-
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.144</b>	<b>6.741</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>1.057</b>	<b>6.620</b>
Contas a receber clientes e outras	- 1.057	-
Depósitos judiciais	-	6.620
Partes Relacionadas (I)	1.144	-
<b>INVESTIMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>87</b>	<b>121</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>238.800</b>	<b>182.655</b>

Weverton Jorge Valadares de Araujo - CRC RJ 131.465/O-7  
MCS Markup Contab Emp Ltda.

Michael Gomes de Castro  
Diretor Estatutário  
VMX Comercio Eletronico S.A.

## INVESTPORTO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

CNPJ: 24.544.972/0001-05

## ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS PARA REDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

Niterói - Aos doze dias de abril de 2024, às onze horas, na sede da sociedade, na Avenida Emani do Amaral Peixoto, 458, sala 804 parte, Centro, Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, CEP 24.020-077. Convocação e Presença - Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 1.072, § 2º da Lei 10.406/2002, por estarem todos os sócios presentes, conforme assinatura ao final do presente instrumento. **Presentes:** Mariléa da Silva Faustino, brasileira, divorciada, arquiteta, portadora da carteira de identidade nº 05.142.848-0, expedida pelo Detran/RJ, inscrita no CPF/MF sob nº 788.103.107-72, residente e domiciliada na Rua Manoel João Gonçalves, nº 43, Fonseca, Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro; Eduardo Antonio da Silva Faustino, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 05.142.846-4, expedida pelo Detran/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 819.356.097-34, residente e domiciliado na Rua Manoel João Gonçalves, nº 43, Fonseca, Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro; e Marilúcia Faustino de Souza, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade nº 04.259.012-5, expedida pelo Detran/RJ, inscrita no CPF/MF sob nº 006.608.087-81, residente e domiciliada na Rua Manoel João Gonçalves, nº 43, Fonseca, Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro; **Composição da Mesa: Ordem do Dia** - Consoante à cláusula quinta do contrato social, os sócios resolvem reduzir o capital social no valor de R\$ 597.789,00, nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil, considerando que o valor atribuído ao capital social se tornou excessivo em relação ao objeto da Sociedade, de modo que, o capital social que atualmente é de R\$ 4.559.925,00 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, novecentos e vinte e cinco reais) passará para R\$ 3.962.136,00 (três milhões, novecentos e dois mil, cento e trinta e seis reais). Dessa forma, declaram ainda que, conforme disposto no artigo 1.084 do Código Civil, que em razão da redução ora aprovada, serão restituídos, aos sócios 597.788 cotas da sociedade Empresa Imobiliária Fluminense Ltda. com valor nominal de R\$ 597.788,00 (quinhentos e noventa e sete mil, setecentos e oitenta e oito reais), e em espécie, R\$1,00 (um real), distribuídos da seguinte forma:

Sócios	Nº de Quotas EIF	Numerário (R\$)	Valor (R\$)
Mariléa da Silva Faustino	199.263	-	199.263,00
Eduardo Antonio da Silva Faustino	199.262	1,00	199.263,00
Marilúcia Faustino de Souza	199.263	-	199.263,00
<b>Total</b>	<b>597.788</b>	<b>1,00</b>	<b>597.789,00</b>

Deliberação Tomada por Unanimidade e sem Qualquer Restrição. Após exame e discussão da matéria, os sócios por unanimidade e sem reservas ou quaisquer restrições, aprovam a redução do capital social por este se apresentar excessivo em relação ao objeto da sociedade. Encerramento e Aprovação da Ata. - Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada por todos os sócios presentes. Mariléa da Silva Faustino, Eduardo Antonio da Silva Faustino, Marilúcia Faustino de Souza.

Diário do Acionista

Tels.: (21)

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

99122-4278



## TECNOSONDA S.A.

CNPJ nº 33.841.727/0001-50

## Balço Patrimonial - Em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2023	2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2023	2022
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	04	40.311	19.597	Fornecedores	09	13.853	25.056
Contas a receber de clientes	05	100.979	83.174	Empréstimos e financiamentos	10	12.647	14.325
Tributos a recuperar	06	4.200	2.166	Obrigações tributárias	11	18.630	10.930
Cauções e retenções a receber		6.128	5.365	Arrendamentos	08	18.048	-
Adiantamentos		2.212	2.973	Obrigações trabalhistas	12	5.973	5.407
Despesas antecipadas		466	170	Férias e encargos a pagar	13	13.388	6.992
<b>Total do circulante</b>		<b>154.296</b>	<b>113.445</b>	Adiantamentos de clientes	17	377	7.773
<b>Não circulante</b>				<b>Total do circulante</b>		<b>82.916</b>	<b>70.483</b>
Realizável a longo prazo				<b>Não circulante</b>			
Aplicações financeiras		774	252	Empréstimos e financiamentos	10	5.343	301
Depósitos judiciais	07	3.658	3.450	Operações com partes relacionadas	14	3.717	3.717
Cauções e retenções a receber		32	-	Tributos diferidos	18	2.928	2.968
Outras contas		328	92	Arrendamentos	08	9.673	-
		<b>4.792</b>	<b>3.794</b>	Dividendos a pagar	15	6.625	-
Imobilizado	08	65.195	27.825	Provisão para contingências trabalhistas e tributárias	16	1.504	-
Intangível		7	-	<b>Total do não circulante</b>		<b>29.790</b>	<b>6.986</b>
<b>Total do não circulante</b>		<b>69.994</b>	<b>31.619</b>	<b>Patrimônio líquido</b>			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>224.290</b>	<b>145.064</b>	Capital social	19	7.400	7.400

**Demonstração do Resultado Abrangente**  
Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
<b>Lucro do exercício</b>	<b>55.292</b>	<b>45.214</b>
Outros componentes do resultado abrangente:		
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(47)	(195)
<b>Resultado abrangente</b>	<b>55.245</b>	<b>45.019</b>

**Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)**

	Nota	2023	2022
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>22</b>	<b>737.313</b>	<b>390.436</b>
Prestação de serviços		737.313	390.436
<b>Deduções sobre receita</b>			
(-) Tributos incidentes sobre os serviços prestados		(63.745)	(34.346)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>23</b>	<b>673.568</b>	<b>356.090</b>
Custo dos serviços prestados		(510.412)	(255.843)
<b>Lucro bruto</b>	<b>23</b>	<b>163.156</b>	<b>100.247</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais:</b>			
Gerais e administrativas	24	(68.330)	(38.714)
Tributárias		(4.262)	(845)
Outras receitas (despesas)		88	61

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)**

	Ajuste de avaliação patrimonial		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Ativos próprios	Reserva legal	Retenção de lucros		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>7.400</b>					<b>7.400</b>
Realização de ajuste de avaliação patrimonial			5.925	1.480	10.451	25.256
Lucro do exercício			(195)		195	-
Destinação					(2.875)	(2.875)
Distribuição de dividendos					45.214	(45.214)
Retenção de lucros					52.985	67.595
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>7.400</b>		<b>5.730</b>	<b>1.480</b>	<b>52.985</b>	<b>67.595</b>
Realização de ajuste de avaliação patrimonial			(47)		47	-
Lucro do exercício					55.292	55.292
Destinação					(11.303)	(11.303)
Distribuição de dividendos					55.292	(55.292)
Retenção de lucros					97.021	111.584
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>7.400</b>		<b>5.683</b>	<b>1.480</b>	<b>97.021</b>	<b>111.584</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria: Marcus Vinicius Pitta Mathiezen - Diretor - CPF nº 633.857.407-20; Contador: Cezar Rios Queiroz - Reg. no CRC - BA sob o nº 23120-O-8 - CPF: 905.493.335-68

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**  
Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
<b>Lucro do exercício</b>		<b>55.292</b>	<b>45.214</b>
Ajustado por:			
Provisão para contingências trabalhistas e tributárias		1.504	-
Depreciação	08	5.661	3.980
Depreciação - Direito de uso de arrendamento	08	17.419	-
Atualizações monetárias, líquidas		8.068	217
Baixa de ativo imobilizado e intangível		22	187
<b>Total</b>		<b>87.966</b>	<b>49.598</b>
<b>Varições nos ativos - (redução) aumento</b>			
Contas a receber de clientes	(17.805)	(52.466)	
Tributos a recuperar	(2.007)	14	
Cauções e retenções a receber	(795)	(1.686)	
Adiantamentos	761	(275)	
Despesas antecipadas	(296)	29	
<b>Total</b>	<b>(20.142)</b>	<b>(54.385)</b>	
<b>Varições nos passivos - redução (aumento)</b>			
Fornecedores	(11.203)	20.331	
Obrigações tributárias	7.981	8.658	
Obrigações trabalhistas	566	2.915	
Férias e encargos a pagar	6.396	3.360	
Adiantamentos de clientes	(7.396)	(12.026)	
Credores diversos	-	(383)	
<b>Total</b>	<b>(3.656)</b>	<b>22.855</b>	
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>64.168</b>	<b>18.068</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aplicações financeiras		(522)	60
Depósitos judiciais		(208)	(781)
Consórcios		(236)	(92)
Aquisição de imobilizado e intangível		(17.289)	(9.771)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(18.255)</b>	<b>(10.584)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Empréstimos e financiamentos		35.816	55.559
Captação		(34.770)	(49.851)
Desembolso		(465)	(242)
Parcelamentos tributários		-	(199)
Operações com partes relacionadas		(4.678)	(4.280)
Dividendos pagos	08	(21.102)	-
Pagamentos de arrendamento mercantil		-	-
<b>Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamentos</b>		<b>(25.199)</b>	<b>987</b>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>20.714</b>	<b>8.471</b>
<b>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		19.597	11.126
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<b>40.311</b>	<b>19.597</b>
<b>Total</b>		<b>20.714</b>	<b></b>

## SEGURANÇA

## Tarcísio diz que cumpre regras sobre câmeras policiais

PEDRO AUGUSTO  
FIGUEIREDO/AE

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) disse que São Paulo cumpre as diretrizes para o uso de câmeras nas fardas policiais estabelecidas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública ontem. O documento federal prevê que os equipamentos devem ser acionados preferencialmente de forma automática e realizar gravações ininterruptamente, mas abre brecha para o acionamento remoto pelas autoridades ou pelo próprio policial durante o serviço - nestes casos, possibilitando a escolha do momento de início e de finalização da gravação.

Atualmente, as câmeras usadas pela Polícia Militar de São Paulo funcionam com gravação ininterrupta, mas o governo lançou edital na semana passada para a contratação de novos equipamentos com as duas outras funcionalidades.

A decisão foi questionada por especialistas, que apontaram que a possibilidade de os policiais decidirem quando ligar e desligar as câmeras teria efeitos negativos sob o controle do uso da força aplicada pelos agentes nas ocorrências. As diretrizes do governo federal, contudo, estabelecem 16 situações que as gravações não podem ser interrompidas.

"Todas as formas de funcionamento estão alcançadas pela diretriz do Ministério da Justiça. Se pegar o edital do governo de São Paulo, não tem nada que está destoando ou não está aderente", disse Tarcísio após participar do Summit Mobilidade 2024, evento promovido pelo *Estadão*.

Os Estados têm liberdade para definir as próprias diretrizes, mas têm que seguir as regras federais caso queiram financiar a compra dos equipamentos com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública

ou do Fundo Penitenciário.

O governador afirmou que a opção pela mudança do modelo de câmeras ocorreu por uma questão de "otimização". Segundo ele, boa parte das imagens geradas pela gravação ininterrupta não interessam às investigações, aumentando o custo com armazenamento e o tempo para que elas fiquem disponíveis no sistema.

"Agora você vai ter funcionamento interrompido. Então a câmera vai estar o tempo todo gerando imagem. Qual é a diferença? Ela não registra a imagem. Ela gera e vai gravando por cima. Tanto é verdade que quando há o acionamento ela retroage 90 segundos para que a gente possa a partir dali registrar a ocorrência", declarou o governador.

O chefe do Executivo afirmou ainda que deve assinar até a segunda semana de junho o decreto sobre o programa Muralha Paulista, que busca interligar câmeras estaduais - entre elas as fardas policiais -, de prefeituras e da iniciativa privada em um único sistema para melhorar a inteligência e efetividade das forças de segurança.

O desenvolvimento foi feito em parceria com uma empresa dos Emirados Árabes Unidos, conforme revelado pelo portal Metrôpolises De acordo com o governador, não houve custos para o Estado e a companhia não participará da operação do sistema, que começará a ser testado no Centro de São Paulo antes de ser expandido para outras regiões e cidades.

"A gente tem muitos sensores e câmeras espalhados no Estado. Precisamos agregar esses dados todos e transformar em informação útil para dispor efetivo policial, saber de que forma vou atuar para ter uma pronta resposta seja para evitar crimes ou para elucidá-los imediatamente após o momento em que eles forem cometidos", disse Tarcísio.

## PODE ENTRAR

# TJSP destrava programa habitacional de Nunes

SAMUEL LIMA/AE

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-SP), desembargador Fernando Antonio Torres Garcia, derrubou liminar que anulou uma série de etapas da licitação do programa habitacional "Pode Entrar", uma das vitrines eleitorais do prefeito Ricardo Nunes (MDB) em São Paulo. O magistrado considerou que a paralisação das obras em milhares de imóveis adquiridos traz mais prejuízos do que o eventual descumprimento das regras do edital pela própria Prefeitura no que se refere a prazos de concorrência.

A liminar havia sido expedida pela 8ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de São Paulo e determinava que todas as fases do processo realizadas a partir de 21 de janeiro de 2023 fossem refeitas, por conta de uma modificação nos preços de referência do metro quadrado a cinco dias da abertura dos envelopes. O juiz de primeira instância entendeu que essa alteração tinha o potencial de in-

fluenciar substancialmente no certame e elevar os custos ao poder público. Por conta disso, a prefeitura deveria ter reiniciado o prazo previsto de 49 dias para recebimento das propostas.

Na decisão de ontem, que atende a recurso do município, o presidente do TJ argumenta que a anulação do procedimento concluído há mais de um ano suspenso de contratos já firmados com 21 empreendimentos e prejudica o cronograma de entrega de 10.018 unidades habitacionais. "E pelo exposto, com obras já iniciadas, inequívoco o prejuízo ao planejamento inerente a um setor sensível da administração pública, exatamente o habitacional, de evidente impacto social", aponta o desembargador.

O magistrado acrescenta que a paralisação das obras pode envolver "grave prejuízo ao erário", considerando que as quatro primeiras parcelas envolvem investimento de R\$ 487,5 milhões. Ele também indica existir risco de reclamações por parte das empresas contratadas para reparação de

eventuais perdas decorrentes da antecipação da tutela. A decisão vale até a reapreciação da matéria na Justiça de 2º grau, de forma provisória ou definitiva.

No dia 21 de maio, o juiz Josué Vilela Pimentel atendeu a manifestação do Ministério Público de São Paulo (MP-SP) dentro de uma ação movida por um empresário e determinou que a Prefeitura de São Paulo revertesse uma série de etapas da licitação para compra de 40 mil imóveis na planta ou em construção pelo programa "Pode Entrar". A decisão poderia atrasar o cronograma de obras e prejudicar uma das principais bandeiras eleitorais do prefeito Ricardo Nunes, postulante à reeleição este ano, na área de moradia.

O juiz concedeu tutela antecipada, ou seja, adiantou parcialmente os efeitos do julgamento para minimizar possíveis danos. Ele entendeu, em análise preliminar, que a Prefeitura desrespeitou o próprio edital ao modificar os preços mínimos de referência para os imóveis em cada

região da cidade, cinco dias antes do prazo final de entrega dos envelopes, sem reiniciar a contagem de 49 dias para formulação das propostas. A avaliação era de que a medida pode ter ocasionado "diminuição da concorrência e, conseqüentemente, do universo de licitantes que poderiam ver suas propostas adjudicadas com custos menores para os cofres públicos".

O preço de referência é relevante porque influencia no custo de aquisição do imóvel dependendo da sua localização. O programa "Pode Entrar" envolve a construção de empreendimentos de moradia por meio de parcerias, a requalificação de imóveis e a aquisição de unidades da iniciativa privada. A administração municipal argumenta que o modelo diminui os custos das obras e o prazo de entrega. O edital em questão trata especificamente da aquisição de imóveis para implantação de novas moradias populares em cinco lotes. O edital recebeu propostas de 104 mil imóveis ao todo.

## ATLASINTEL

# Guilherme Boulos lidera corrida eleitoral para Prefeitura de SP

ZECA FERREIRA/AE

O deputado Guilherme Boulos (PSOL) lidera a corrida pela Prefeitura de São Paulo com 37,2% das intenções de voto, enquanto o atual prefeito Ricardo Nunes (MDB) possui 20,5%, de acordo com pesquisa AtlasIntel/CNN Brasil divulgada ontem. O levantamento apresenta mudanças em relação à pesquisa anterior, incluindo as pré-candidaturas do coach Pablo Marçal (PRTB) e do jornalista José Luiz Datena (PSDB).

A pesquisa ainda indica que a entrada de Marçal na disputa afeta o projeto de reeleição de Nunes, visto que a diferença nas intenções de voto do prefeito varia mais de dez pontos percentuais com a participação do coach na eleição. Da mesma forma, a candidatura de Datena pode impactar a quantidade de votos destinados a Tabata.

Marçal, que confirmou sua pré-candidatura no domingo passado, tem 10,4% das intenções de votos, mostra o levanta-



VINICIUS LOURES/CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Ministério Público Eleitoral já solicitou a aplicação de multas tanto para Lula quanto para Boulos.

Já Tabata caiu de 14,7% para 11,1%, em um cenário sem Datena e Marçal. Kataguir variou de 9,4% para 9,3%. Marina passou de 3,5% para 3,7%, e Altino Prazeres Jr., que não pontuou anteriormente, aparece com 1,2%. Entre os entrevistados, 2,7% ainda não decidiram em quem votar, e os que pretendem votar em branco ou nulo são 2,3%, ante 0,9% e 2,2%, respectivamente, na pesquisa anterior.

Já em um eventual segundo turno, o prefeito Ricardo Nunes teria 46,0% das intenções de voto, contra 43,5% do deputado Guilherme Boulos. A pesquisa Atlas/CNN foi registrada na Justiça Eleitoral sob o número SP-05357/2024. Foram entrevistados 1.670 moradores da cidade de São Paulo entre os dias 22 e 27 de maio. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos, com um nível de confiança de 95%.

mento. A deputada Tabata Amaral (PSB) aparece com 9,9%, enquanto Datena, que mudou do PSB para o PSDB em abril, e o deputado Kim Kataguir registram 7,9% cada um. A economista Marina Helena (Novo) aparece com 3,5%, e Altino Prazeres Jr. (PSTU) conta com 0,5%.

Num cenário sem Datena e Marçal, Boulos tem 37,2%, e Nunes vai a 32,6%. Neste caso, hou-

ve apenas variações dentro da margem de erro. Em abril, Boulos tinha 35,6% e Nunes 33,7%. A oscilação positiva nas intenções de voto do psolista aconteceu após o pedido de voto explícito feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para ele durante um evento no Dia do Trabalho. Pedir votos antes do início oficial da campanha é proibido por lei, e esse ato de Lula gerou ações na Justiça Eleitoral.

## DETRAN

# Documento do carro pode ser transferido em poucos minutos

RENATA OKUMURA/AE

Diante da necessidade de modernizar o funcionamento dos serviços para facilitar a vida da população, o Detran-SP tem investido em ações focadas na transformação digital. Um dos mais recentes sistemas permite que o cidadão faça a transferência da documentação de seu carro para outra física por meio do celular sem ir ao cartório. Trata-se da Transferência Digital de Veículos, a famosa TDV.

Embora o tempo médio seja de cinco minutos, muitas transferências estão sendo realizadas em até 19 segundos. Até agosto deste ano, outras três fases devem entrar em funcionamento de cinco minutos, muitas transferências estão sendo realizadas em até 19 segundos. Até agosto deste ano, outras três fases devem entrar em funcionamento

de cinco minutos, muitas transferências estão sendo realizadas em até 19 segundos. Até agosto deste ano, outras três fases devem entrar em funcionamento

de cinco minutos, muitas transferências estão sendo realizadas em até 19 segundos. Até agosto deste ano, outras três fases devem entrar em funcionamento

de cinco minutos, muitas transferências estão sendo realizadas em até 19 segundos. Até agosto deste ano, outras três fases devem entrar em funcionamento

de cinco minutos, muitas transferências estão sendo realizadas em até 19 segundos. Até agosto deste ano, outras três fases devem entrar em funcionamento

de cinco minutos, muitas transferências estão sendo realizadas em até 19 segundos. Até agosto deste ano, outras três fases devem entrar em funcionamento

de cinco minutos, muitas transferências estão sendo realizadas em até 19 segundos. Até agosto deste ano, outras três fases devem entrar em funcionamento

de cinco minutos, muitas transferências estão sendo realizadas em até 19 segundos. Até agosto deste ano, outras três fases devem entrar em funcionamento

de cinco minutos, muitas transferências estão sendo realizadas em até 19 segundos. Até agosto deste ano, outras três fases devem entrar em funcionamento

de cinco minutos, muitas transferências estão sendo realizadas em até 19 segundos. Até agosto deste ano, outras três fases devem entrar em funcionamento

**CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**  
CNPJ: 41.811.375/0001-19 - NIRE: 353.0057653-5

**EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE E DA 2ª SÉRIE DA 82ª (OCTOGÉSIMA SEGUNDA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados titulares de CRI ("Titulares dos CRI") da 1ª e 2ª Séries da 82ª (octogésima segunda) Emissão de certificados de recebíveis imobiliários, sob o regime de melhores esforços de colocação ("CRI"), da Canal Companhia de Securitização ("Emissora"), nos termos da Cláusula Onze do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª e 2ª Séries dos CRI da 82ª Emissão da Emissora, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, sociedade empresária limitada, com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 11º andar, Torre A, Itaim Bibi, CEP 04538-133, inscrita no CNPJ sob o nº 67.030.395/0001-46 ("Agente Fiduciário"), a HIK DESENVOLVIMENTO E GERAÇÃO EM ENERGIA LTDA, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 66, bloco B, salas 1.213 e 1.214, Bairro Flamengo, CEP 22210-030, inscrita no CNPJ sob o nº 48.914.488/0001-99 ("HIK"), a MARS ENERGIA SOLAR LTDA, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 66, bloco B, sala 1.706 (parte), Bairro Flamengo, CEP 22210-030, inscrita no CNPJ sob o nº 48.914.555/0001-75 ("Mars Energia") e a VENUS ENERGIA SOLAR LTDA, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 66, bloco B, sala 1.706 (parte), Bairro Flamengo, CEP 22210-030, inscrita no CNPJ sob o nº 53.666.106/0001-95 ("Venus"), sendo HIK, Mars Energia e Venus denominadas "Cedentes", a se reunirem em 17 de junho de 2024, às 10:00 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado link para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da assembleia, a fim de, em sede de Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("Assembleia Geral"), examinarem, discutirem e deliberarem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) A alteração das seguintes características dos CRI da 2ª Série da 82ª Emissão da Emissora: (a) a data de emissão dos CRI da 2ª Série para 24/06/2024; (b) o prazo dos CRI da 2ª Série para 3.535 dias corridos; (c) Periodicidade, forma de pagamento de remuneração e amortização dos CRI da 2ª Série, conforme anexo; (d) Data do primeiro pagamento da remuneração e amortização programados dos CRI da 2ª Série, conforme anexo. (ii) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Securitizadora possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata. **Instruções Gerais:** A participação e a votação na Assembleia Geral serão realizadas à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Geral, em primeira convocação, com a presença de qualquer número de Titulares de CRI, conforme item 11.9 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail operacional@canalsecuritizacao.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no endereço eletrônico: fiduciario@trusteedtm.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato ou estatuto social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretenderem participar da Assembleia Geral deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário (fiduciario@trusteedtm.com.br) e da Securitizadora (juridico@canalsecuritizacao.com.br). Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação. São Paulo, 27 de maio de 2024.

Atenciosamente, **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO** - Amanda Martins - Diretora de Securitização

Anexo I - (Disponível no site da Emissora: <https://www.canalsecuritizacao.com.br/emissao/24b201134a>)

## SEGURANÇA

# MJ define situações para uso da câmera corporal pela PM

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

O Ministério da Justiça e Segurança Pública divulgou, ontem, o teor de uma nova portaria ministerial com a qual a pasta estabelecerá orientações sobre o uso de câmeras corporais acopladas aos uniformes (as chamadas *bodycams*) pelos órgãos de segurança pública de todo o país.

A íntegra do texto que o ministro Ricardo Lewandowski assinou esta manhã será publicado no *Diário Oficial da União* nos próximos dias. Segundo a pasta, a iniciativa busca padronizar o uso dos equipamentos, aumentando a transparência das ações policiais.

As diretrizes deverão ser obrigatoriamente cumpridas pelos órgãos de segurança públicas federais, tais como as polícias Federal (PF) e Rodoviária Federal (PRF), bem como pela Força Nacional de Segurança Pública e pela Força Penal Nacional. Já nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, a implementação das normas será voluntária.

Para incentivar a adesão à iniciativa, o ministério estabeleceu que a liberação de recursos dos fundos Nacional de Segurança Pública e Penitenciário Nacional para projetos de implementação ou ampliação do uso de câmeras pelos órgãos de segurança locais estará condicionado à adequação, pelos entes federados, às novas normas.

“Os dois fundos financiam vários tipos de projetos, alguns deles muito bons, muito úteis, e que se integram na Política Nacional de Segurança Pública. Então, o que estamos condicionando é só a aplicação de verbas para [o uso das] câmeras corporais. Não podemos impedir um estado de receber verbas federais se ele apresentar um projeto [sobre outras iniciativas] que se adequem às diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública”, declarou o ministro Ricardo Lewandowski a jornalistas, logo após assinar a nova portaria.

## SAÍDAS TEMPORÁRIAS

# Congresso derruba veto de Lula e acaba com ‘saidinha’ de presos

LEVY TELES/AE

O Congresso Nacional derrubou veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto que trata da saída temporária de presos, a “saidinha”. Quando vetou, Lula queria abrir brecha para permitir permissão de visita de presos à família. Mas com a derubada do veto, esse benefício fica impedido. Foi mantido apenas o direito de condenados deixarem a prisão para fazer cursos profissionalizantes ou de ensino médio e superior.

## ACIMA DA LEI

# TJ de Goiás concede benefícios extintos e suspensos a juizes

RAYSSA MOTTA/AE

O Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) vem pagando benefícios extintos ou suspensos aos juizes e desembargadores, mesmo sem autorização do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão que administra o Poder Judiciário.

Em um procedimento sigiloso, o tribunal restabeleceu o adicional por tempo de serviço, conhecido popularmente como quinquênio. As parcelas vêm sendo depositadas desde janeiro a título de

## ACIONAMENTO

A portaria ministerial estabelece 16 situações específicas em que os equipamentos deverão ser acionados. São elas: atendimento de quaisquer ocorrências; atividades ostensivas; identificações e checagem de bens; buscas pessoais, veiculares ou domiciliares e durante ações operacionais envolvendo manifestações, controle de distúrbios civis, interdições ou reintegrações de posses.

As câmeras corporais também deverão ser ligadas durante o cumprimento de mandados judiciais; realização de perícias; atividades de fiscalização e vistoria técnica; ações de busca e salvamento; escoltas de presos; interações com custodiados; rotinas carcerárias (inclusive no atendimento a visitantes e advogados); intervenções em crises, como motins e rebeliões no sistema prisional; em situações de resistência à atuação policial ou de potencial confronto; acidentes de trânsito, bem como no patrulhamento preventivo e ostensivo e diligências com riscos de ocorrência prisões, lesões corporais ou mortes.

A portaria prevê três modalidades de acionamento das câmeras: automático (a gravação é iniciada assim que o agente de segurança retira o equipamento da base, até o momento em que a devolve, se estende por todo o turno de trabalho); remoto (a gravação é iniciada ocasionalmente, à distância, por meio do sistema e por decisão da autoridade competente e por acionamento dos próprios integrantes dos órgãos de segurança pública, em resposta a determinadas ações, eventos, sinais específicos ou geolocalização).

Embora preveja as três formas de acionamento, a portaria destaca o acionamento automático como modo prioritário, a fim de que seja registrado o turno completo de trabalho. O documento também estabelece regras para armazenamento, guarda e compartilhamento das imagens captadas pelas câmeras. As gravações de-

verão ser armazenadas por no mínimo um ano e só poderão ser compartilhadas com autorização judicial ou para fins de investigação criminal ou administrativa.

“Estas são diretrizes nacionais para o uso das câmeras corporais, mas vivemos em um estado federativo, composto pela União, estados e municípios. Cada um destes entes políticos são autônomos dentro de suas competências. Então, esta portaria, não tem a intenção de conflitar com quem quer que seja, mas simplesmente estabelecer paradigmas”, declarou Lewandowski, destacando que o texto é fruto de “muitos estudos, análises, de várias discussões e de contatos com agentes policiais e representantes da sociedade civil”.

“Entendemos que em um assunto tão controverso, que suscita tantas dúvidas, era importante estabelecermos diretrizes únicas para todo o país. Entendemos que, tecnicamente, esta é uma portaria muito sólida que, certamente, servirá de paradigmas para todas as corporações policiais (mas) nenhum texto legal é perfeito. Por mais que sejam fruto de estudos e discussões, eles apresentam imperfeições e podem ser aperfeiçoados. Certamente, a prática dirá que existem determinadas situações e aspectos (da portaria) que podem ser aperfeiçoados. E estamos prontos a aceitar qualquer sugestão”, acrescentou o ministro.

Segundo o ministério, as diretrizes levam em consideração evidências científicas que apontam que, nos países em que já foram adotadas, as câmeras corporais reduziram o emprego da força policial indevida e as reclamações quanto à conduta dos agentes de segurança de 25% a 61%.

No Brasil, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina já adotam o uso de câmeras corporais. Os estados de Minas Gerais, Rondônia e Roraima estão em fase de implementação. Além destes, as forças de segurança federais estão testando os sistemas – e, de acordo com o ministério, os

resultados registrados pela Força Nacional de Segurança Pública e pela Polícia Rodoviária Federal vem se mostrando “positivos”.

## TARCÍSIO

Em São Paulo, um recente edital de licitação divulgado pelo governo Tarcísio de Freitas gerou críticas de entidades da sociedade civil por propor que, em vez da previsão inicial de gravação ininterrupta de todo o turno, o próprio policial se encarregue de ligar o equipamento no início de uma ocorrência. Segundo a secretaria estadual de Segurança Pública, a medida visa, basicamente, a poupar as baterias dos equipamentos e reduzir custos com o armazenamento de imagens desnecessárias.

“O acionamento seguirá rígidas regras estabelecidas pela corporação a fim de garantir a gestão operacional e a eficiência do sistema. O policial que não cumprir o protocolo será responsabilizado. A câmera terá um sistema para armazenar imagens 90 segundos antes de ser acionada, para que seja possível registrar toda a ocorrência desde o início”, informou a secretaria paulista, em nota.

Questionado sobre o assunto, Lewandowski voltou a mencionar a autonomia dos entes federativos. “(O estado de) São Paulo é autônomo no que diz respeito a suas decisões em matéria de segurança pública. Claro que, de acordo com a lei que institui o Sistema Único de Segurança Pública seria desejável que todos os estados, o Distrito Federal e os municípios atendessem a essas diretrizes, pela qualidade técnica das mesmas. Evidentemente, não compete ao Ministério tomar nenhuma iniciativa contra qualquer ente federado que tenha uma outra diretriz. Cada um atua como quer, mas se as câmeras corporais forem financiadas com [recursos dos] fundos nacionais, obviamente, estes entes federados terão que se adequar às diretrizes ministeriais”, finalizou o ministro.

ministros, como Ricardo Lewandowski (Justiça), Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Silvio Almeida (Direitos Humanos) e líderes do governo no Congresso Nacional.

Eles procuraram deputados do Centrão e bancadas influentes, como a Frente Parlamentar Evangélica, para convencer pela manutenção, mas a tentativa foi malsucedida. O governo Lula cometeu um grande erro ao vetar um projeto de lei que aprimora essa segurança pública”, disse o senador Sérgio Moro (União-PR).

O Tribunal de Justiça de Goiás guarda posição de destaque no relatório. Cada magistrado goiano custa em média R\$ 60,2 mil por mês. O levantamento, no entanto, não aborda especificamente o montante liberado aos magistrados a título de retroativos de adicional por tempo de serviço.

Consultado pela reportagem do Estadão sobre o valor dos quinquênios, o tribunal de Goiás não compartilhou a informação nem justificou por que não informaria o montante.

“Em relação ao pagamento do subsídio da magistratura, com adionamento de vantagens pessoais, como férias, 13º salário, o que ocorre em relação à parcela referente à irredutibilidade vencimental, com observância do teto constitucional”, afirma a Corte.

## FAKE NEWS

# Congresso garante direito de mentir com vetos de Bolsonaro

LEVY TELES/AE

Por 317 votos a favor, 139 contra e quatro abstenções, o Congresso Nacional manteve todos os vetos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ao projeto que pôs fim à Lei de Segurança Nacional ontem. Com a decisão, o Congresso barrou transformar em crime a disseminação de informação falsa em campanha eleitoral.

O resultado é fruto da campanha do próprio Bolsonaro e de líderes da oposição para manter a decisão do ex-mandatário. Seguindo numa linha similar à campanha contra o projeto de lei das fake news, deputados e senadores até batizaram a iniciativa de “vetos da liberdade”. O veto de Bolsonaro mantido ontem barra oito dispositivos do texto aprovado pelo Legislativo. Essas passagens criminalizam a comunicação enganosa em massa, o atentado ao direito de manifestação e a previsão de punição mais rigorosa a militares.

No projeto de lei que substituiu a Lei de Segurança Nacional, aprovado em 2021, os congressistas acrescentaram artigos ao Código Penal que definem crimes contra o estado democrático de direito.

## FAMÍLIA TRADICIONAL

# Congresso retoma proibição de verbas

IANDER PORCELLA E VICTOR OHANA/AE

Após mobilização de bolsonaristas e da Frente Parlamentar Evangélica, o Congresso derrubou ontem, um veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a trechos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 que levaram a disputa ideológica da pauta de costumes para dentro do Orçamento da União.

Os deputados e senadores retomaram, dessa forma, a proibição do uso de recursos públicos para ações contra a “família tra-

diciona”, cirurgias de mudanças de sexo em crianças e adolescentes, realização de aborto em casos não autorizados por lei e invasão de propriedades rurais privadas.

Foram 339 votos a 107 pela derrubada do veto na Câmara, com uma abstenção. No Senado, o placar foi de 47 a 23. Essas proibições foram aprovadas na votação da LDO em dezembro, por meio de um destaque (tentativa de mudança no texto-base) apresentado pelo líder do PL na Câmara, Altineu Côrtes (RJ), correligionário do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Na justificativa do veto, Bolsonaro afirmou que “a redação genérica tem o efeito de afastar o eleitor do debate político, o que reduziria a sua capacidade de definir as suas escolhas eleitorais, inibindo o debate de ideias, limitando a concorrência de opiniões, indo de encontro ao contexto do Estado Democrático de Direito, o que enfraqueceria o processo democrático e, em última análise, a própria atuação parlamentar”.

O ex-presidente também vetou outro trecho, em que um partido pode acionar a Justiça Eleitoral caso o Ministério Público não se manifeste sobre a disseminação de desinformação nas eleições. Há ainda uma série de agravantes no caso de atentado do direito de manifestação. São os casos de crime cometido por funcionário público, que perderia o cargo e tem a pena aumentada em um terço, no caso do uso de arma, que também aumenta a pena em um terço.

## CNJ

# Menos de 15% dos juizes se dizem negros

ANDRE RICHTER/ABRASIL

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou ontem o mais recente levantamento sobre a igualdade racial e de gênero no Judiciário brasileiro.

De acordo com os dados da pesquisa Justiça em Números 2024, o Brasil tem 14,25% de juizes que se declaram negros. O número de negros sobe para 27,1% entre os servidores do Poder Judiciário.

A Justiça Eleitoral (18,1%) é o ramo com o maior percentual de magistrados negros, seguido pela Justiça do Trabalho (15,9%), Justiça estadual (13,1%), Justiça Federal (11,6%) e Justiça Militar (6,7%).

Na distribuição pelas regiões do país, os maiores índices de juizes negros estão em tribunais do Acre, Piauí, Sergipe e Bahia. Os tribunais do Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina possuem menor presença de magistrados negros.

Ao comentar as estatísticas, o presidente do CNJ, ministro Luís Roberto Barroso, disse que o órgão já adotou medidas para ampliar o número de juí-

zes negros, como o programa de bolsas para financiar os estudos de candidatos negros à magistratura.

“Nós pretendemos mudar progressivamente essa estatística, que não reflete a demografia da sociedade brasileira”, afirmou.

## MULHERES

A pesquisa Justiça em Números também mostra o cenário da participação feminina no Judiciário brasileiro. A média nacional indica o percentual de 36,8% de juízas em todo o Brasil. O número de servidoras chega a 53,3%.

A Justiça estadual lidera o ranking nacional, com 38,2% de juízas, seguida pela Justiça do Trabalho (39,7%), Justiça Federal (31,3%) e a Justiça Eleitoral (32,9%). Os tribunais superiores (23,2%) e a Justiça Militar (22,2%) são os ramos com menor presença de magistradas.

Sobre a questão, Barroso avaliou que o percentual mais baixo de mulheres na magistratura está na Justiça de segunda instância. Segundo o ministro, em tribunais regionais federais, a média está abaixo de 20%.

## COVID-19

## Pesquisa mostra alta da mortalidade materna durante a pandemia

ALANA GANDRA/ABRASIL

A pesquisa *Desigualdades nos Indicadores de Saúde da Mulher e da Criança no Estado do Rio de Janeiro* constatou que a mortalidade materna no território fluminense praticamente dobrou, comparando a razão de mortalidade materna (RMM) do ano de 2018 com a do biênio 2020/2021, período marcado pela pandemia da Covid-19. A razão subiu de 61,7 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos, em 2018, para mais de 130 óbitos por 100 mil nascidos vivos no biênio.

Coordenada pela doutora em saúde pública Sandra Fonseca, da Universidade Federal Fluminense (UFF), a pesquisa mostra ainda que a situação é agravada entre as mães pretas, que teve a RMM de 220 no biênio 2020/2021. Mortalidade materna compreende todo o período gestacional, mesmo quando a mulher sofre aborto, além do momento do parto e ainda o puerpério, que engloba os 42 dias após o parto.

No artigo anterior *Tendência da mortalidade materna no estado do Rio de Janeiro*, publicado em 2022 e que compreende o período de 2006 a 2018, verificou-se que o estado manteve média de cerca de 60 a 70 óbitos de mulheres para cada 100 mil nascidos vivos. "O projeto está acompanhando os indicadores das mulheres e das crianças, estudando várias regiões do Rio de Janeiro e o estado como um todo", disse Sandra nesta terça-feira à *Agência Brasil*.

## QUEDA LENTA

Nesse artigo, que abrange 12 anos de 2006 a 2018, os pesquisadores verificaram que estava ocorrendo uma queda na mortalidade materna, que era um indicador favorável, "mas era uma queda muito lenta", comentou a professora da UFF. O objetivo do Brasil é diminuir a mortalidade materna até chegar a pelo menos 30 por 100 mil, em 2030. No período de 2006 a 2018, a mortalidade materna variou de 76,6 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos (2006) para 61,7 em 100 mil nascidos vivos (2018), no estado do Rio de Janeiro.

"Na velocidade que vinha caindo, a gente não chegaria a 2030 com esse valor (30 por 100 mil). A ideia da Organização Mundial da Saúde (OMS) era que melhorasse a saúde da mulher e da criança para vários indicadores até 2030 e depois reavaliar as metas. Para piorar esse cenário, ocorreu a pandemia e a covid-19 comprometeu de forma mais grave idosos e também gestantes". Durante todos os anos estudados, a hipertensão foi a causa principal dos óbitos maternos, com exceção de 2020 e 2021, em que a covid-19 foi a maior causa.

O estudo feito também por raça e cor de pele apurou que mesmo durante a pandemia, as mulheres de cor preta tinham valores muito mais elevados desse indicador de mortalidade materna. "Isso não melhorou durante a pandemia. Todo mundo aumentou. Mulheres brancas também morreram mais, bem como as pardas, mas as mulheres pretas morreram mais ainda. Elas continuaram

com indicador lá em cima. Chegou a 226 mortes por 100 mil. Isso é muito elevado", indicou a médica. Quando avaliadas apenas mortes de mães brancas, essa média fica em 140 por 100 mil nascidos vivos.

## REFORÇO DO SUS

Segundo Sandra Fonseca, para reverter esse quadro é preciso reforçar o atendimento à saúde durante a gestação, oferecendo um pré-natal qualificado, além de parto e puerpério adequados. Em relação ao pré-natal, a pesquisadora diz que existem as mesmas desigualdades raciais. "No estado do Rio de Janeiro, se a gente comparar mulheres brancas, pardas e pretas, as mulheres pretas fazem menos consultas. O ideal é fazer, pelo menos, sete consultas ou mais durante o pré-natal". De acordo com o estudo, 80% das mulheres brancas conseguem fazer sete ou mais consultas. Entre as mulheres pretas e pardas, não chega a 70%.

"É uma desigualdade. Se elas não estão conseguindo fazer um número adequado de consultas, isso já vai deixando elas sob um risco maior. Porque é durante o pré-natal que você identifica algumas doenças, como hipertensão, e pode tratar. Se você não tem o acesso e o acompanhamento pré-natal, corre maior risco". O grupo da doutora Sandra está estudando o atendimento pré-natal no estado e já vem identificando essas mesmas desigualdades.

O primeiro artigo desse estudo foi publicado, referente à Baixada Litorânea, também conhecida como Região dos Lagos. A região tem um indicador de pré-natal baixo. "Está melhorando ao longo dos anos, mas devagar, e essa desigualdade estava lá: as mulheres pretas fazem menos consultas (no pré-natal)". Os pesquisadores da UFF estudam, no momento, a Baixada Fluminense e a região metropolitana do Rio em relação ao pré-natal, onde as desigualdades raciais também estão aparecendo. Os resultados preliminares da pesquisa serão apresentados no Congresso de Epidemiologia, que acontecerá em novembro.

## REVERSÃO

Sandra Fonseca ressaltou que a reversão desse quadro de mortalidade materna e desigualdade racial pode ser obtida com o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, onde a maioria das mulheres é atendida e onde o pré-natal é realizado. "A gente precisa aumentar o investimento em saúde, ter equipes capacitadas para o pré-natal, usar estratégias de saúde para que a mulher realmente tenha o acesso e o número de consultas adequado. E que ela consiga realizar os exames necessários para garantir que o pré-natal identifique os riscos e trate o que aparecer; se ela tiver uma hipertensão, uma infecção, que o pré-natal já possa fazer essa intervenção".

A pesquisa utiliza o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) do Ministério da Saúde como principais fontes de coleta de dados.

## MAIS RECURSOS

## Europa promete ajuda para manter guerra de Zelensky

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, recebeu ontem, uma segunda promessa de ajuda militar de US\$ 1 bilhão, em sua viagem por três países da União Europeia para angariar novos apoios. Enquanto isso, o presidente Vladimir Putin alertou que atingir o solo russo com armas fornecidas pelo Ocidente poderia levar a guerra a uma possível expansão - inclusive nuclear.

Ontem, a Bélgica firmou o compromisso de fornecer à Ucrânia 30 caças F-16 nos próximos quatro anos. "Nossa tarefa é usar o primeiro F-16 no campo

de batalha este ano e, dessa forma, fortalecer nossas posições", disse Zelensky.

Mais tarde, o líder ucraniano viajou para Portugal, onde disse que era importante que os apoiadores da Ucrânia não se deixassem enganar pela Rússia e não se cansassem da guerra.

Portugal é um dos países mais pobres da Europa Ocidental e tem um exército pequeno em comparação com os seus maiores parceiros da UE. A expectativa é que Portugal envie mais 126 milhões de euros em ajuda militar e financeira para Kiev, como parte de um amplo plano de cooperação. Na segunda-feira,

Zelensky assinou um acordo de segurança com a Espanha que atribui 1 bilhão de euros de ajuda militar à Ucrânia em 2024 e 5 bilhões de euros até 2027.

A lenta entrega de apoio por parte dos seus parceiros ocidentais, especialmente um atraso na ajuda militar dos EUA, preocupa os ucranianos enquanto a Rússia avança com suas investidas.

Os países europeus têm discutido a possibilidade de enviar tropas de apoio para a Ucrânia. Putin alertou o Ocidente contra um envolvimento mais profundo nos combates, lembrando um possível con-

fito nuclear. O uso de armas de longo alcance fornecidas pelo Ocidente para atacar o território russo pode provocar uma escalada perigosa, disse Putin a repórteres durante uma viagem ao Usbequistão.

Os Países Baixos prometeram montar rapidamente com os principais parceiros da UE um sistema de defesa aérea Patriot, que Zelensky vê como fundamental para impedir a Rússia de atingir a rede elétrica e áreas civis da Ucrânia, bem como alvos militares. O chefe da OTAN, Jens Stoltenberg, aprovou a medida, mas insistiu que é necessário muito mais trabalho.

## ACUSAÇÕES

## Dia triste para os EUA', diz Trump ao chegar a tribunal para alegações

O ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump declarou ontem, que o processo penal no qual é réu "nunca deveria ter ocorrido" e descreveu ontem, o dia de alegações finais, como um "dia obscuro para os Estados Unidos". O republicano é acusado de falsificação de registros comerciais, e o julgamento criminal em Nova York entra na sua fase final após quase cinco semanas de audiência.

"Hoje é um dia obscuro para os Estados Unidos. Este caso nunca deveria ter ocorrido", afirmou Trump aos jornalistas ao chegar ao tribunal em Manhattan. "Veremos como transcorre. Esse é um dia muito perigoso para os Estados Unidos. É um dia muito triste", acrescentou.

A defesa e a Promotoria apresentam ontem seus argumentos sobre as evidências e depoimentos expostos ao longo das últimas semanas. Trump enfrenta 34 acusações criminais de falsificação de registros comerciais para ocultar um pagamento de US\$ 130 mil à estrela pornô Stormy Daniels na véspera da eleição de 2016 para mantê-la cala-

da sobre um suposto caso.

As alegações finais devem durar todo o dia e podem se estender até hoje. Depois de ambos os lados terem resumido os seus casos para o júri, o juiz que preside o caso, Juan Merchan, instruirá os jurados sobre a lei relevante antes de iniciarem as deliberações.

O caso pode depender de os jurados acreditarem que Trump teve a intenção de fraudar, bem como ocultar outros crimes, nomeadamente leis eleitorais e violações fiscais. O republicano diz que é inocente.

O principal advogado de defesa de Trump, Todd Blanche, já apresentou seus argumentos finais ontem centrado-se, sobretudo, na principal testemunha de acusação, Michael Cohen, funcionário de Trump na época da falsificação de registros. Blanche descreveu Cohen como "o maior mentiroso de todos os tempos" durante a argumentação.

O advogado também declarou aos jurados que os promotores não provaram seu caso. Blanche descreveu Trump como

uma vítima de conduta criminosa e encerrou dizendo aos jurados que o caso é um "veredicto de inocência muito, muito rápido e fácil". Ainda nesta terça-feira, são esperados os argumentos finais do procurador Joshua Steinglass.

Cohen passou dias prestando depoimento e assegurou que o ex-mandatário aprovou o pagamento de US\$ 130 mil à atriz com o objetivo de abafar o episódio em plena reta final da campanha eleitoral de 2016. O ex-advogado de Trump descreveu o republicano como "preocupado" com o fato de que histórias alegando sexo extraconjugal pudessem prejudicar sua imagem na campanha e disse que o então candidato o mandou suprimir as histórias.

A defesa disse que Cohen "buscava fama" e estava desesperado "para contribuir para a condenação de Trump".

Terminadas as alegações finais, Merchan passará aos jurados decisão de declarar o ex-presidente como culpado ou inocente. Se o júri não chegar a um consenso, o julgamento terá

que ser realizado novamente.

Para considerar um réu criminalmente culpado, a lei dos EUA exige que os jurados estejam convencidos além de uma dúvida razoável. Portanto, basta que apenas um dos jurados se recuse a condenar Donald Trump para dar a vitória à defesa.

Caso seja declarado culpado, o ex-presidente pode ser preso. Porém, a definição da pena, que seria feita por Merchan, ocorreria somente mais adiante.

A falsificação de documentos contábeis é punida com até quatro anos no Estado de Nova York, mas os especialistas consideram improvável essa pena para alguém sem antecedentes criminais. O juiz pode considerar uma pena alternativa como o serviço comunitário ou uma multa. Seja qual for a decisão, Trump pode entrar com recurso e com isso evitaria a prisão.

Mesmo causando um terremoto político, uma condenação no penal, que seria a primeira na história de um ex-presidente dos Estados Unidos, não o impediria de concorrer nas eleições de 5 de novembro.

## PERU

## Presidente é denunciada por suspeita de suborno

O Ministério Público do Peru apresentou ao Congresso uma denúncia de corrupção passiva contra a presidente Dina Boluarte, referente ao caso "Rolexgate". Segundo a acusação, a chefe do Estado peruano teria recebido joias e relógios de luxo, que não foram declarados, do governador de Ayacucho, Wilfredo Oscurima, em troca de favores políticos.

Os presentes teriam sido entregues para que Dina emitisse decretos irregulares que ordenavam a transferência de dinheiro para obras públicas no Estado governado por Wilfredo. Ele também está sendo investigado por suborno.

A denúncia foi publicada no perfil oficial do Ministério Público peruano no X (antigo Twitter). "A investigada teria recebido - em forma de doação - do governador de Ayacucho, Wilfredo Oscurima Núñez, três relógios da marca Rolex, brincos de argola de ouro com diamantes e pulseira Bangle com 94 diamantes, com a finalidade de realizar atos próprios de seu cargo de Presidente da República", diz a publicação.

No início de abril, seis ministros renunciaram depois de o caso "Rolexgate" se tornar público. Nenhum deles, porém, falou

abertamente sobre o escândalo dos relógios ou ligou às demissões ao caso. O irmão mais velho, Nicanor Boluarte Zagarra, e o advogado da presidente, Mateo Castañeda, foram presos neste mês acusados por corrupção. O esquema consistia, segundo o Ministério Público, em nomear funcionários públicos para receber propina e recrutar filiados para um novo partido político.

Inicialmente, a chefe de Estado foi denunciada por enriquecimento ilícito, mas o Ministério Público optou por acusá-la de corrupção. O julgamento, no entanto, poderá acontecer apenas depois do fim do seu mandato, em 2027. No Peru, o presidente não pode ser julgado ou detido enquanto estiver em exercício.

## VERSÕES DIFERENTES

A presidente disse à imprensa, no início de abril, que o governador é seu amigo e que as joias e os relógios foram emprestados sem pedido de troca de favores. As declarações, no entanto, ocorreram depois de um mês de silêncio desde que um jornal local divulgou o uso dos bens não declarados pela chefe de Estado. De acordo com uma pesquisa realizada no mês

passado pela Datum Internacional, 92% dos peruanos não acreditam na versão de Dina.

Durante o período em que a presidente não se pronunciava, Wilfredo deu versões diferentes sobre o caso. Em um primeiro momento, o governador disse para os jornalistas que não havia presenteado a chefe de Estado. A segunda versão foi de que ele comprou um Rolex igual para uma pessoa "muito querida", que não seria Dina. Após a declaração da presidente, a defesa de Wilfredo admitiu a entrega dos presentes.

Após concluir seu interrogatório perante o Ministério Público, em abril, o governador evitou a imprensa. Durante um evento público em Ayacucho, pessoas pediam aos gritos um relógio de luxo para Wilfred. Ele não voltou a se pronunciar.

O Ministério Público havia acusado anteriormente a presidente por homicídio qualificado e lesões graves que foram cometidas durante os protestos após o início de seu governo, em dezembro de 2022, quando 49 civis morreram. Na ocasião, o governador Wilfredo apoiou a chefe de Estado. Com 61 anos, Dina é a primeira mulher a presidir o Peru desde sua independência, em 1821.

## AUSTRÁLIA

## Polícia prende passageiro que correu nu dentro de avião

Um homem é acusado de ter corrido nu pelo corredor de um voo doméstico na Austrália e derrubado um comissário de bordo. Com isso, a aeronave foi forçada a voltar para o aeroporto e o suspeito foi preso assim que desceu da aeronave, segundo as autoridades locais.

O caso aconteceu na noite de segunda-feira passada, em um voo da Virgin Australia, que fazia o trajeto entre a cidade de Perth, na costa oeste, para Melbourne, na costa leste, previsto para durar três horas e 30 minutos. Segundo comunicado da empresa aérea, o voo VA696 teve que regressar ao aeroporto de Perth devido a um "passageiro desordeiro". Assim que foram comunicados, os agentes da polícia federal australiana estavam à espera do avião no aeroporto e "o passageiro desordeiro" foi entregue, disse a Virgin. Segundo a polícia australiana, "os agentes detiveram um homem acusado de ter corrido nu pelo avião em pleno voo e de ter derrubado um integrante da tripulação no chão". "O homem foi transferido para o hospital para ser avaliado, onde permanece", diz um comunicado da polícia.

## Nota

### OPERAÇÃO CONJUNTA ENTRE INEA E PF REPRIME EXTRAÇÃO ILEGAL NO RIO PARAÍBA DO SUL

Cinco pessoas foram presas e três balsas foram apreendidas e inutilizadas durante operação reprimir a extração ilegal de ouro, no Noroeste Fluminense. O Instituto Estadual do Ambiente (Inea), por meio da Superintendência Regional Baixo Paraíba do Sul, a Polícia Federal e a 3ª Unidade de Polícia Ambiental (UPAM) realizaram ontem, uma operação para reprimir a extração ilegal de ouro no leito do Rio Paraíba do Sul, no município de São Fidélis, no Noroeste Fluminense. Durante a ação, foram localizadas e inutilizadas três balsas que estavam sendo usadas para a prática ilícita. Cinco pessoas foram presas em flagrante, acusadas de envolvimento na atividade criminosa.